

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE MAIORCA NO CONTEXTO DA CONQUISTA ROMANA DO OCIDENTE PENINSULAR



Flávio Nuno Leite Ferreira Imperial

Tese orientada pelo Prof. Doutor Carlos Fabião, especialmente
elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia

2017

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DE MAIORCA NO
CONTEXTO DA CONQUISTA ROMANA DO
OCIDENTE PENINSULAR**

Flávio Nuno Leite Ferreira Imperial

Tese orientada pelo Prof. Doutor Carlos Fabião, especialmente
elaborada para a obtenção do grau de Mestre em Arqueologia

2017

À Guida. Ao Gui.

À minha Mãe.

Em memória do meu Pai

AGRADECIMENTOS

Um trabalho como este que aqui apresento só se torna possível quando, para além da vontade própria do autor, se conjugam apoios que o tornam possível. Apoios esses que ajudam a “levar a nau a bom porto”, sobretudo nas alturas de “maior tormenta”, em que nos questionamos sobre que “rota” tomar.

Um primeiro agradecimento cabe ao Professor Carlos Fabião, que aceitou prontamente o pedido de me orientar nesta dissertação. Penso mesmo que lhe posso chamar desafio, pois o facto de residir longe de Lisboa e ser trabalhador-estudante coloca obviamente dificuldades na orientação, pois a proximidade física entre orientador e orientando é seguramente menor. Contudo, desde o primeiro momento que senti um claro apoio, uma orientação precisa para me focar no essencial do tema, um “apontar de rotas” sem impor qualquer tipo de caminho a fazer. A par da disponibilidade, penso que esta terá sido a virtude que mais agradeço ao Professor Carlos Fabião: o acompanhamento tutelar, crítico, exigente e entendido.

Gostaria também de aqui agradecer e destacar o papel da Dr^a. Ana Margarida Ferreira, arqueóloga do Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz). Dela partiu a motivação para aprofundar o estudo que já tinha feito deste conjunto cerâmico republicano, bem como o apontar o Professor Carlos Fabião como o orientador ideal para esta Tese. Agradeço ainda o total apoio no estudo mais detalhado das peças que, por protocolo, se encontram neste momento à guarda do Museu Dr. Santos Rocha (parte delas em exposição). O apoio prestado pelo Museu consubstanciou-se ainda nos desenhos do material anfórico, realizado pelo Dr. José Alberto Simões Franco, com tintagem do Dr. Eduardo Oliveira.

Cabe aqui um agradecimento especial ao saudoso Eng. Luís Marçal Correia de Oliveira da Liga do Amigos dos Campos do Mondego (LACAM, da Carapinheira), a quem se deve a recolha dos fragmentos cerâmicos, que nos alertou para a existência do achado. Agradeço a sua constante disponibilidade e precioso auxílio, nomeadamente ao facultar peças para fotografia e desenho e ao acompanhar-nos ao local onde se deu o achado.

Agradeço ainda à Dr^a. Sara Travassos por todo o apoio prestado na interpretação da cartografia geológica, com o fim de proceder à caracterização Geomorfológica do local do achado.

Por último, sublinho o apoio e incentivo oferecidos pela família, primordial para que me abalançasse a este projecto, suporte único e imprescindível para ultrapassar momentos de maior dificuldade.

A todos o meu sentido agradecimento.

Resumo:

Em 1992, durante as obras de abertura do troço do I.P.3 que ligou Santa Olaia à Figueira da Foz, que não contou com acompanhamento arqueológico, foram recolhidos vários fragmentos cerâmicos, de importação itálica a maior parte. O espólio consiste em ânforas Dressel 1A, cerâmicas Campanienses A (Napolitanas) e fragmentos de um *kalathos* (cerâmica ibérica). Pela localização e profundidade do achado, estaremos perante os vestígios de um naufrágio de uma embarcação romano-republicana, com uma cronologia (140-130 a.C.) que a deve relacionar com as campanhas militares de *Decimus Junius Brutus* (138-137 a.C.) e a conquista romana do Ocidente Peninsular.

Palavras-chave: Maiorca, Naufrágio, Romano Republicano, Conquista militar, Ânforas, Cerâmicas campanienses, *Kalathos*.

Abstract: In 1992, during the construction of the highway connecting Santa Olaia to Figueira da Foz, that had no archaeological survey, several ceramic fragments were collected, mostly from italic import. The estate consists in Dressel 1A amphorae, Campanian A ware (Neapolitan) and fragments of a *kalathos* (iberian ceramic). The location and depth of the find suggests that we are dealing with the remains of a wreck of a roman republican ship, with a chronology (140-130 BC) that may relates to *Decimus Junius Brutus* (138-137 BC) military campaigns and the roman conquest of the Western Iberian Peninsula.

Keywords: Maiorca, Shipwreck, Roman Republican, Military conquest, Amphorae, Campanian ware, *Kalathos*.

Índice

Introdução.....	7
1 O local do achado.....	9
2 Os materiais.....	15
2.1 As ânforas Dressel 1A.....	15
2.2 As cerâmicas de verniz negro itálicas Campaniense A.....	22
2.3 O <i>kalathos</i>	26
2.4 Outros materiais/vestígios	29
3 Relação com o contexto Peninsular	31
3.1 Naufrágios republicanos de cronologia similar	32
3.2 A conquista romana do Ocidente Peninsular.....	37
4 Considerações finais.....	57
BIBLIOGRAFIA.....	61
ANEXOS	68

Introdução

A dissertação de Mestrado que apresentamos tem por base um estudo que já havíamos feito sobre este “achado de Maiorca”. Esse estudo acabou por ser publicado numa revista regional (IMPERIAL, 2010), de distribuição limitada praticamente só à sua área de influência territorial. Desde sempre que pretendemos dar um maior desenvolvimento ao estudo feito, tendo sido também encorajado neste sentido pela Dr^a. Ana Margarida Ferreira (do Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz) que sempre disse que um achado com estas características merecia uma divulgação mais abrangente, numa publicação da especialidade.

As cronologias que desde o primeiro estudo foram surgindo desde logo nos levaram a crer que este achado se revestia de importância para a análise da conquista romana do Ocidente Peninsular, pois se trata de um conjunto bastante homogéneo no que concerne à datação, embora apresente materiais de diferentes tipologias, sendo de destacar os conjuntos de ânforas Dressel 1A e de Campanienses A. Acresce o facto de as peças terem sido recolhidas (infelizmente em obra sem acompanhamento arqueológico) sobre o que devia ser o fundo marinho/fluvial, que se encontra a cerca de 3,5/4 metros de profundidade nesta zona das planícies de aluvião do Baixo Mondego. Este facto é seguramente relevante, pois indicia que estamos perante uma carga de um navio que terá afundado (ou foi abandonado), o que justifica a homogeneidade cronológica das peças (ver explicação de carregamentos homogéneos ou não em FABIÃO, 2014a: 100). Este tipo de achados, embora relatados ao longo da costa mediterrânica peninsular, é único no território português, onde esta coexistência de ânforas Dressel 1A e de Campanienses A apenas é reportada em contextos terrestres.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos, aos quais acrescem a Bibliografia e os Anexos, figurativos (fotografias e desenhos), que complementam e facilitam a leitura do texto.

O primeiro capítulo pretende dar conta do local do achado, descrevendo-o e enquadrando-o do ponto de vista geográfico e abordando as vicissitudes do achamento.

O segundo capítulo debruça-se sobre os materiais que fazem parte do conjunto do achado, apresentando a sua descrição tipológica, bem como a análise das suas pastas, dado importante para averiguar da sua exacta origem itálica. Por forma a facilitar a leitura e a interpretação dos dados, optámos por realizar subdivisões tipológicas dentro deste capítulo: as ânforas Dressel 1A; as cerâmicas finas Campaniense A; o *kalathos*; outros materiais/vestígios. Todos os desenhos das cerâmicas campanienses e do *kalathos* são da responsabilidade do Dr. José Luis Madeira, enquanto que os desenhos das ânforas foram realizados pelo Dr. José Alberto Simões Franco, com tintagem do Dr. Eduardo Oliveira.

No capítulo 3 abordaremos as relações do achado de Maiorca com o contexto peninsular. Também aqui procedemos a uma subdivisão, analisando inicialmente naufrágios romano-republicanos de cronologias semelhantes, para depois nos determos na análise dos dados da

conquista romana do Ocidente Peninsular, tentando com eles relacionar e enquadrar o conjunto estudado.

No quarto e último capítulo plasmaremos as considerações finais, os dados mais relevantes e significativos da análise que estes materiais (sobretudo os cerâmicos) de Maiorca nos fornecem, em suma, as linhas mestras resultantes deste estudo.

De referir que as peças estudadas nesta dissertação pertencem ao Museu do Campo (da Liga dos Amigos dos Campos do Mondego, situado na Carapinheira) e que actualmente se encontram cedidas e em exposição no Museu Municipal Dr. Santos Rocha, da Figueira da Foz. A sua proveniência é da zona de Maiorca (Concelho da Figueira da Foz).

1 O local do achado

As peças que vão ser objecto de estudo neste trabalho fazem actualmente parte do espólio do Museu do Campo, da Liga dos Amigos dos Campos do Mondego, situado na Carapinheira, encontrando-se de momento cedidas ao Museu Municipal Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz). A sua proveniência é da zona de Maiorca, sendo o seu estudo sem dúvida primordial para um melhor entendimento do processo de conquista e instalação dos romanos no Baixo Mondego.

As cerâmicas foram recolhidas em 30 de Novembro de 1992, a uma profundidade de 3,5 / 4 m., durante as obras de abertura do troço do I.P.3 que ligou Santa Olaia à Figueira da Foz. Esta obra não contou, infelizmente, com acompanhamento arqueológico, sendo que foram recolhidas por um manobrador de máquinas que as cedeu ao Eng. Luis Marçal Correia de Oliveira, para fazerem parte do espólio do Museu do Campo.

O local, com o topónimo de Arruelas, situa-se no sopé de uma elevação onde existe uma pedra (pedreira do Varino), na freguesia de Maiorca, Concelho da Figueira da Foz (figuras 1 e 2).



Figura 1 – localização do achado sobre imagem de satélite da European Space Agency (disponível em http://www.esa.int/spaceinimages/Images/2016/03/Iberian_Peninsula)



Figura 2 – local dos achados (assinalado por seta) visto de Santa Olaia. Ao fundo vê-se o estreitamento/embocadura de Reveles.

A zona tem características profundamente aluviais (figura 3), sendo ainda hoje frequentes grandes inundações nos meses de maior pluviosidade. O remeximento dos terrenos trouxe à superfície uma enorme quantidade de areias e saibros, onde se detectam inúmeras cascas de bivalves, prova da existência de fauna marinha nesta zona em tempos recuados. Ainda há bem pouco tempo as marés se faziam sentir na zona de Montemor-o-Velho, conhecida pelo seu porto marítimo-fluvial medieval. Nesta altura (e sobretudo em épocas anteriores) o estuário do Mondego teria seguramente uma configuração diferente, mais aberto e relacionado com o mar até Montemor, onde encontrava as marés.



Figura 3 – zona dos achados, de características aluviais. A seta indica a capela de Santa Olaia.

De referir ainda a proximidade do sítio classificado dos Montes de Santa Olaia e Ferrestelo (ver figuras 2 e 3), com ocupação desde o Neolítico, mas com importantíssimos vestígios da Idade do Ferro, que podem indiciar o estabelecimento de uma feitoria fenícia, o que só prova a forte relação desta área com a fachada atlântica e mesmo com horizontes mediterrânicos.

Infelizmente, qualquer tipo de intervenção arqueológica no local para aferir da existência ou não de outros materiais é hoje perfeitamente impossível. Com efeito, para minimizar a pouca consistência do terreno e a sua tendência para inundar, foi feito um enchimento a vários metros de profundidade com enormes blocos de pedra, que dariam maior resistência aos solos, para além de facilitarem a sua drenagem.

No que concerne à Geologia, a região dos achados localiza-se na Orla Meso-Cenozóica Ocidental¹. É constituída por rochas sedimentares (sobretudo calcários), arenitos, areias e argilas. A geomorfologia deve-se sobretudo à tectónica (falhas e dobramentos), apresentando uma paisagem moldada pela erosão diferencial de vários agentes, que conduziu à paisagem e relevo actual, onde se releva o encaixe do leito do Rio Mondego, leito este que tem sofrido variadíssimas cambiantes ao longo dos tempos.

Os terrenos apresentam idades que vão desde o período Jurássico (Inferior, cerca de 200 M.A.), consistindo sobretudo em calcários, calcários margosos e margas, até à actualidade, sendo de destacar os aluviões do Holocénico.

De facto, um naufrágio nesta zona não é de estranhar, visto que ainda na Idade Média, como já referimos, o Mondego era navegável até montante de Coimbra, sendo Montemor-o-Velho porto marítimo-fluvial de relevância, como o atesta a referência indirecta (SAAVEDRA, 1881: 74-75) do geógrafo árabe Edrisi (século XII), que aconselhava quem demandava Santiago de Compostela por via marítima a “partir do Castelo de Montemor” (certamente não do Castelo, mas das suas vizinhanças). A ligação destas terras a actividades náuticas é ainda comprovada pela existência de construção naval na época dos Descobrimentos. Temos conhecimento de um Lopo Afonso, de Verride (margem esquerda do Mondego, em frente a Montemor), descrito como “carpinteiro e mestre de fazer caravellas e barcas” num documento, datado de 23 de Agosto de 1449 (COELHO, 1989: 837). O próprio monte de Santa Olaia, na Alta Idade Média, surge na documentação como *Angliata*, que deve ter o seu étimo em *Anguluata*, vocábulo que se reporta a um sítio com vários ancoradouros (ALARCÃO 2004: 14).

Para melhor se entender como seria o local do achado no séc. II a.C., apresentamos a seguir (figura 4)² a proposta de configuração do Baixo Mondego (entre 3000 e 1000 a. C.) formulada por Senna Martinez (1989). Estamos em crer que no séc. II a.C. a configuração não devia ser muito diferente.

¹ Agradeço à Drª. Sara Travassos o apoio prestado na caracterização Geomorfológica do local do achado.

² A figura de base é copiada do trabalho do autor. A localização dos vários sítios foi por nós feita.



Figura 4 – a ria flandriana do Baixo Mondego: 1 – Crasto (Tavarede); 2 – Santa Olaia;
3 – Montemor-o-Velho; 4 – *Conimbriga*; 5 – local dos achados

Como se comprova pela figura apresentada, a zona dos achados seria uma zona navegável, formando um estuário protegido pelo estreitamento de Reveles, pelo que não é de estranhar o aproveitando da bacia formada a partir de Reveles, que facilitava as condições de atracagem.

Trabalhos de campo relativamente recentes (WACHSMANN, 2009), que acompanhámos, permitem ter uma leitura da deposição sedimentar na zona envolvente de Santa Olaia e Ereira, precisamente a zona estuarina a montante do estreitamento de Reveles. É assumido que a evolução estuarina contemporânea da ocupação fenícia de Santa Olaia permitia o acesso ao povoado por barco, a quem o demandava vindo do mar, através de um vasto estuário. Os sedimentos analisados consistem em areias grossas, abundantes vestígios de moluscos³ encontrados *in situ* (de notar que são moluscos de maré, que vivem enterrados), o que comprova ser este o seu *habitat* e não terem sido trazidos pelos efeitos das correntes (WACHSMANN, 2009: 9). Este amplo estuário manteve-se praticamente inalterado até cerca de 2200 a.C., altura em que se começa a detectar a deposição de lodos acastanhados, ricos em materiais orgânicos, criando uma zona de delta (WACHSMANN, 2009: 10-11). Muitos destes sedimentos têm a sua origem em terra, descendo o vale do rio, e continuando a sua deposição nos dois milénios seguintes. Estes sedimentos típicos de zona de delta serão sobrepostos por outros, sobretudo argilas esverdeadas, onde ainda se notam os efeitos das marés. Estas deposições têm uma cronologia datada de cerca de 2300 BP, o que nos transporta para uma época bastante próxima dos vestígios de Maiorca (WACHSMANN, 2009: 12). O largo estuário continua a dar lugar a uma zona deltas, transformando-se o largo estuário numa zona de meandros alagáveis, braços de rio e ribeiros e bacias mais superficiais. É impossível perceber onde se situaria nesta altura o canal principal do rio Mondego, mas é provável que se aproximasse da zona de Maiorca, pois que os materiais romano-republicanos indicam

³ De notar que, como referimos, ainda hoje na zona de onde os materiais aqui analisados foram exumados são observáveis areias, saibros e cascas de bivalves, que estavam à mesma profundidade dos vestígios romano-republicanos.

navegabilidade e foram retirados dum ambiente de areias, saibros e bivalves. O autor refere que estas deposições terão tornado o acesso de barco praticamente impossível em Santa Olaia (daí também, possivelmente, o seu abandono), que nesta fase de cerca de 2300 BP ainda apresentava uma profundidade entre 1,75 e 2 metros, portanto perfeitamente navegável, até porque a mais gravosa deposição sedimentar se processou nos últimos 500 anos (em Coimbra, a grande deposição sedimentar é pós-medieval).

Esta condição de paleo-estuário, que se foi sedimentando de aluviões, comprometendo e posteriormente impedindo a sua histórica navegabilidade, é notavelmente descrita num verso de Afonso Duarte, importante pedagogo e poeta natural da “ilha” da Ereira:

“De cá saiu o Fernão Mendes Pinto,

Saiu de cá o Jorge de Montemor.

Só eu fiquei por guardador

Da Vila-morta, e de **um mar extinto**”.

In *Ossadas*, Afonso Duarte.

2 Os materiais

Os achados cerâmicos consistem em restos de 4 ânforas (todas conservando total ou parcialmente o bordo e o colo, uma conservando ainda uma asa e o arranque do bojo), fragmentos de 6 cerâmicas de verniz negro itálicas, três fragmentos de um *kalathos*, de pasta cinza e sem apresentar decoração e um seixo com vestígios de possível utilização humana. Foram ainda recolhidos fragmentos de bojo de ânforas e de uma asa de ânfora. Apesar de ser um sítio sem intervenção arqueológica, é no entanto contextualizável, como vimos anteriormente na descrição do local e condições do achamento. Pensamos ainda ser relevante o facto de estarmos perante um achado fechado, que representará a carga de um barco romano-republicano, apresentando vários tipos de cerâmica, mas comprovadamente contemporâneas.

2.1 As ânforas Dressel 1A

As ânforas foram, durante muito tempo, olhadas como “parente pobre” dos materiais arqueológicos, devido ao seu fraco “valor estético”, quando comparado com outro tipo de materiais. Contudo, a sua importância foi sendo consistentemente valorizada, pois para além de poder aportar informação mais directa (como no caso dos *tituli picti*, marcas de oleiro, grafitos) carrega sempre um valor científico intrínseco primordial para a arqueologia clássica, pois a sua forma (e a sua cronologia, possível de estabelecer através da forma), os produtos que transportava, as argilas de que eram fabricadas muito nos dizem acerca do horizonte geográfico, temporal e cultural que as criou (sobre esta temática ver FABIÃO, 2014b: 2).

A análise anfórica dos nossos dias pressupõe, assim, uma metodologia que não dispensa etapas/procedimentos bem definidos, como “recolha de amostras significativas e correctamente datada, um conhecimento suficiente das características das pastas dos diferentes fabricos, um razoável conhecimento das múltiplas produções regionais, a correcta leitura e interpretação dos *tituli picti*, marcas e grafitos, sempre que existem” (FABIÃO, 2014b: 2). Foi o que nos propusemos fazer na análise do conjunto de Maiorca, embora a análise das pastas (uma das mais seguidas e actuais metodologias de análise anfórica) se tenha feito apenas por observação macroscópica (pela impossibilidade de utilizar lupa binocular e análises petrográficas químicas) e a própria análise de um possível *titulus pictus* não tenha possibilitado uma leitura credível.

Todos os fragmentos de ânfora que apresentavam bordo (num total de quatro) foram fotografados, desenhados, medidos e descritos (ver quadros 1 a 4). Decidimos ainda apresentar a correlação das dimensões entre a altura e a espessura do lábio, apesar de actualmente já não se valorizar tanto estes dados para caracterizar tipologicamente as ânforas (OLMER, F., BOHBOT, H., JOLIOT, C. e MATHE, 2015: 191). Com efeito, a referida fórmula matemática que valoriza a relação altura/espessura do lábio proposta por Gateau (GATEAU, 1990) seria de grande ajuda para a classificação das ânforas de Maiorca, que desde sempre nos pareceram pertencer a uma fase de transição entre as greco-italicas e as formas Dressel 1. A autora define que os lábios cujo quociente da altura pela espessura é igual ou inferior a 1,2 como pertencentes a ânforas greco-italicas e aqueles cujo quociente é de 1,3 como ânforas de transição. As correlações obtidas apontariam para que todas as ânforas seriam greco-italicas, pois apresentam valores entre 1,030 e 1,285. A análise mais cuidada das suas formas (aliada à análise das suas pastas, de que falaremos a seguir) descarta em absoluto esta classificação, pelo que a utilização destes critérios taxonómicos não será primordial, antes um coadjuvante na classificação das peças.

Para melhor descrição e tentativa de discernir a origem do fabrico, realizámos ainda uma análise e descrição das pastas, bem como dos engobes (no caso de os apresentarem), para além de se referir peça a peça a existência ou não de vestígios de resina no seu interior (ver quadros 4 a 8). A descrição das cores das pastas foi feita com base no código *Munsell Color Soils* (1973) que lhes corresponde.

As ânforas, pese embora algumas pequenas diferenças, mormente na altura dos bordos, parecem pertencer todas à mesma classe (ver quadros 1 a 8). Com efeito, as ânforas apresentam bordos de secção triangular, colo alto e elegante. Através da peça que conserva uma asa (peça nº 1), da asa que surgiu isolada e dos arranques conservados nas outras peças, podemos concluir que as asas são de secção oval, sendo bastante espalmadas nos casos das ânforas nºs 2 e 3. No caso da ânfora nº 1, a asa remanescente arranca perpendicularmente ao colo, sofrendo inflexão que a leva a espalhar-se depois em posição paralela a este, indo entroncar no início do ombro da ânfora, na zona de ligação ao colo. O arranque do bojo é arredondado, deixando depois pressupor um bojo cilíndrico. Quanto às ânforas nºs 2 e 3, o que ficou preservado do arranque das asas parece indicar que estas também teriam a mesma relação e posicionamento da anterior.

Esta característica, bem marcada, de um lábio triangular, levou Lamboglia (“Sulla cronologia delle anfore romane di età repubblicana (II-I secolo a. C.)”, *Rivista di Studi Liguri*, 21, 1955, págs. 241-270) a classificar estas ânforas como Dressel 1, variante A, contrapostas às variantes B e C, que apresentam lábio de fita alto. Esta classificação de Dressel 1A corresponde

ainda à Classe 3 de Peacock e Williams (PEACOCK e WILLIAMS, 1986: 86 – 88). Estes autores sublinham a semelhança dos bordos entre as Classes 2 (Greco-Itálicas) e 3 (Dressel 1A), colocando esta evolução por volta do terceiro quartel do século II a.C. (PEACOCK e WILLIAMS, 1986: 24). Estamos, assim, perante uma tipologia de transição (que os autores situam por volta de 140-130 a.C.), algo que se verifica nas peças, conjugando características mais antigas (das Greco-Itálicas) com características que definirão as Dressel 1. De facto, ao nível do lábio, poucas diferenças se detectam face às produções Greco-Itálicas, pois em ambos os casos existe o lábio triangular como denominador comum, embora se possa dizer que na Classe 2 se apresenta mais oblíquo (maior espessura em relação à altura) e na Classe 3 acabe por se “verticalizar” um pouco, tendência que se continuará a sentir até chegarmos ao referido lábio de fita alto. A Dressel 1A mantém ainda um ombro pronunciado, quase horizontal, marcando claramente a divisão entre o colo e o bojo.

Uma diferença presente nas ânforas estudadas face às tradicionais Greco-Itálicas prende-se com o alongamento do colo, que se torna mais elegante. A acompanhar este alongamento do colo cilíndrico, também as asas aumentam de dimensão, embora a sua secção continue a ser ovóide/elíptica.

Uma vez que nenhuma das peças estudadas apresenta o bojo, torna-se mais difícil a sua análise e descrição. Contudo, a ânfora nº 1 ainda apresenta o seu arranque, que deixa pressupor um corpo cilíndrico, até porque o referido arranque e o pouco que subsiste do bojo propriamente dito se desenvolvem com uma tendência claramente vertical. As ânforas Greco-Itálicas apresentavam um bojo mais arredondado, em forma de pera, apresentando um diâmetro máximo maior.

Estas diferenças estão bem patentes nas cargas recuperadas dos naufrágios do Grand Congloué (OLMER, F., BOHBOT, H., JOLIOT, C. e MATHE, 2015). Este sítio arqueológico subaquático, situado a Sudoeste da enseada de Marselha, próximo de uma ilha denominada Riou, foi intervencionado no pós II Guerra Mundial. É um sítio conhecido por albergar vários naufrágios, decorrentes da sua perigosidade, devido a ventos fortes, correntes traiçoeiras e baixios rochosos. No caso concreto das escavações levadas a cabo por Jacques-Yves Cousteau (coadjuvado por Fernand Benoit, que fazia parte da expedição e identificou e estudou os materiais), para além dos materiais anfóricos também foram recuperadas inúmeras cerâmicas campanienses. Benoit sempre defendeu tratar-se de um naufrágio único, embora desde o início se tenham levantado vozes a defender a existência de dois naufrágios sobrepostos, de cronologia diferente. Em 1987, Luc Long publica um estudo em que claramente diferencia dois naufrágios no local (OLMER, F., BOHBOT, H., JOLIOT, C. e MATHE, 2015: 176). O navio que ficará a ser conhecido como o Grand Congloué 1 apresentava-se carregado com cerca de 400 ânforas

Greco-Itálicas, associadas a ânforas do Mar Egeu (provável associação de transporte de vinhos orientais e italianos), havendo também a presença de 7000 peças de cerâmica de engobe negro (Campaniense A com palmetas, como as de Maiorca), mas também lucernas, unguentários e urnas de pasta cinzenta da costa catalã (OLMER, F., BOHBOT, H., JOLIOT, C. e MATHE, 2015: 178). Tendo em conta os materiais recuperados, a cronologia proposta para este naufrágio situa-se entre 220 e 180 a.C..

O segundo navio, designado como Grand Congloué 2, tinha uma carga que assentava em ânforas republicanas Dressel 1 (entre 1500 e 1700), a maioria das quais apresentavam no bordo a marca SES (de *Sestius*). A autora identifica várias variantes deste produtor, dividindo-as em quatro grupos específicos. Faziam ainda parte dos materiais duas ânforas púnicas, quinze cerâmicas de verniz negro (Campanienses B e C), cerâmica de paredes finas, entre outros⁴. A cronologia proposta para a altura deste naufrágio situa-se entre 110-80 a.C..

As cronologias apresentadas para estes dois barcos naufragados neste mesmo local revelam-se para o nosso estudo de especial interesse, pois as suas cargas representam as ânforas Greco-Itálicas (Grand Congloué 1) e as ânforas Dressel 1 já na sua fase de afirmação (Grand Congloué 2). Aliás, no quadro apresentado na página 178 do artigo (tendo como base o trabalho de Luc Long) são notórias as diferenças tipológicas entre estas duas classes de ânforas, devido à significativa diferença cronológica entre os dois naufrágios (entre 70 a 140 anos, nas janelas cronológicas máximas e mínimas apresentadas). As ânforas Greco-Itálicas apresentam-se claramente mais bojudas, de lábio triangular mais oblíquo, apresentando as Dressel 1 um ombro mais curto (mas também mais marcado, porque mais horizontal), um colo mais alto, sendo, de uma forma geral, mais esguias.

Ora, o achado de Maiorca parece situar-se, cronologicamente, pelo que já atrás referimos, entre estes dois registos. Ao que nos parece, ele enquadra-se mesmo na fase de transição (140-130 a.C.) entre estes dois tipos de ânforas escavados nas proximidades da costa marsehesa. Entendem-se assim melhor as características que descrevemos anteriormente para as ânforas de Maiorca, que apresentam pontos de contacto entre as ânforas Greco-Itálicas e as ânforas Dressel 1, o que nos levou a classificá-las como Dressel 1A (Classe 3 de Peacock e Williams).

Será oportuno neste momento recordar um dado já anteriormente abordado: a correlação entre a altura do lábio e a sua espessura máxima, que referimos nesta altura já não ser usada como critério taxonómico definidor de classificação tipológica e cronológica. Como atrás referimos, as correlações obtidas até apontam para uma classificação mais

⁴ As referidas Campanienses B e C, as cerâmicas de paredes finas, cerâmicas comuns e outras são classificadas pela autora como baixela (*vaisselle*) da tripulação.

próxima das ânforas Greco-Itálicas do que das Dressel 1. Tendo em conta que assumimos como evidente estarmos perante ânforas Dressel 1A, como tal de transição, o facto de os dados desta correlação se aproximarem do que foi proposto para as Greco-Itálicas poderá significar que as peças em estudo se filiam numa fase inicial da referida transição, apresentando ainda bastantes características da Classe 2 de Peacock e Williams. Parece-nos assim plausível que a sua produção tenha ocorrido mais próxima de 140 a.C. do que de 130 a.C.. Aliás, no trabalho sobre as ânforas romanas do sítio de Mesas do Castelinho⁵, as ânforas nºs 67, 68, 71 e 72⁶ são muito similares às de Maiorca e encaixam no quociente que a fórmula de Gateau (1990) prevê para as ânforas de transição⁷.

De referir também que uma das peças (ver quadro 2) apresenta um grafito cruciforme, no colo, junto a uma das asas.

No que concerne à análise das pastas, todas elas se apresentam algo grosseiras, micáceas, com colorações entre o amarelo avermelhado (7.5YR 7/6) e o vermelho (2.5YR 5/6), sendo as pastas mais avermelhadas as dominantes⁸. A pasta é sonora, com fractura irregular e bastantes inclusões de elementos não plásticos (E.N.P.'s). Nestes E.N.P.'s, para além da mica é de relevar a enorme quantidade de inclusões de partículas de rochas vulcânicas, algumas mesmo de grande calibre (ver pastas das ânforas nºs 1 e 4 nos Quadro 5 e 8).

Se exceptuarmos a ânfora nº 4, todas elas apresentam um revestimento/engobe exterior de com tonalidade beije muito clara (10YR 7/3), que se pode dever ao facto de a argila ter sido misturada com água do mar⁹.

Este fabrico (aliás, o das Greco-Itálicas também) é habitualmente associado à costa ocidental italiana, zona do Mar Tirreno, ao longo das costas da Toscana, do Lácio e da Campânia. A origem destas ânforas, embora a sua produção se deva ter estendido a toda a Itália, situa-se sobretudo nas planícies vinícolas da Itália ocidental. O conteúdo, como a origem deixa supor, seria sobretudo o vinho (muitas vezes comprovado pelos *tituli picti*¹⁰), havendo contudo a hipótese de também transportarem *garum*, azeitonas e outros frutos.

Os últimos anos têm sido pródigos na descoberta e inventariação de oficinas cerâmicas, sobretudo na referida costa tirrénica (ver OLCESE, 2012), quer no que concerne à produção anfórica para armazenamento e transporte dos referidos famosos vinhos, quer mesmo para a produção de cerâmicas Campanienses, algo que também nos interessa para

⁵ PARREIRA, J. C. F., 2009.

⁶ PARREIRA, J. C. F., 2009: Est. VI.

⁷ PARREIRA, J. C. F., 2009: 55.

⁸ Ver Quadros 5 a 8.

⁹ PARREIRA, J. C. F., 2009: 33; PEACOCK e WILLIAMS, 1986: 45.

¹⁰ Inscrições comerciais por vezes pintadas nas ânforas, sobretudo nas asas, com referência à sua origem, destino, tipo de produto, etc. É possível que um fragmento de bojo deste achado ostente uma destas inscrições comerciais, como veremos mais à frente.

este estudo. Segundo o livro publicado por Gloria Olcese (notável compilação de oficinas da costa ocidental italiana e da Sardenha, com referência às produções e sua cronologia) há, inclusive, várias oficinas que se dedicavam em simultâneo à produção de ânforas e de cerâmica de engobe negro. Esta incrível proliferação também pode explicar algumas diferenças em termos de forma que os materiais apresentam: é natural que diferentes oficinas, mesmo que contemporâneas, apresentem fabricos algo diferenciados, devido ao seu elevado número e à sua dispersão geográfica, algo comprovado pela sua distribuição ao longo de toda a costa tirrénica. Assim, podemos dizer que estamos perante uma nova abordagem das diferenças formais de peças contemporâneas, que radica mais na multiplicação de centros produtores de Dressel 1 (neste caso concreto Dressel 1A) identificados na Península Itálica. Podemos então assumir que a diversidade formal estará mais associada à diversidade de centros produtores do que a linhas globalmente assumidas de transformação tipológica das ânforas. Este ponto é de relevante importância sobretudo para a análise de um conjunto anfórico como este que analisamos, porque estamos perante ânforas catalogáveis como de transição, sendo sabido que as alturas de transição apresentam menos coerência tipológica/formal, o que é perfeitamente normal em qualquer época de mudança.

Uma classificação geográfica mais precisa da origem das peças só seria possível através de análise química das mesmas, algo que não está previsto neste trabalho. O tipo de pastas, nomeadamente devido à inclusão de rochas de origem vulcânica, aponta de facto para a origem tirrénica, o que consideramos suficiente ao nível da identificação dos centros produtores.

A nível de distribuição geográfica, estas ânforas são muito comuns desde o Mediterrâneo ocidental até à Grã-Bretanha. Aparecem também alguns exemplares no Mediterrâneo oriental. É dos tipos de ânforas mais comuns.

De referir, por último, que um dos fragmentos de bojo recolhidos apresenta o que se poderá identificar como *titulus pictus* (ver figura 5).



Figura 5 – possível *titulus pictus* em fragmento de bojo.

Caso se trate efectivamente de uma inscrição comercial, teria sido realizada com recurso a tinta (normalmente seria preta ou vermelha). Não nos é possível apresentar qualquer proposta de leitura devido à sua deficiente conservação.

2.2 As cerâmicas de verniz negro itálicas Campaniense A

A análise das cerâmicas de verniz negro itálicas (Campanienses A), também foi feita cada uma de *per si*, seguindo a mesma metodologia descrita para a análise das ânforas. Assim, todos os fragmentos foram fotografados, desenhados, medidos e descritos (ver quadros 9 a 14). Para todas as peças tentámos a sua classificação, quanto à forma da peça e quanto ao tipo de pé. A análise baseia-se na tipologia proposta por Jean-Paul Morel (MOREL, 1981).

Procedemos igualmente a uma análise e descrição das pastas, na tentativa de discernir a origem do fabrico, bem como dos engobes apresentados, no que concerne à sua cor e tipo (ver quadros 15 a 20). A descrição das cores das pastas foi também feita com base no código *Munsell Color Soils* (1973).

Todos os seis fragmentos apresentam pelo menos parte do pé da peça e o arranque do bojo, o que permite pelo menos ter uma ideia (através do desenho) de que tipo de forma é. Infelizmente apenas uma das cerâmicas apresenta parte do bordo, permitindo o completo desenho da sua forma e a sua classificação, sem restrições, como pátera (“tipo” 2252 b 1 de Morel, ver peça nº 1, quadro 9). Uma outra peça (nº 3, quadro 11), apesar de não apresentar o bordo, como ainda conserva uma boa parte do bojo, é possível de classificar como taça (“série” 2825 de Morel), embora neste caso não possamos ser tão peremptórios na sua classificação como na peça anterior. A peça nº 2 (ver quadro 10), pelo que conserva, poderá ser classificada como possível fundo de pátera (“género” 2200 de Morel). Nas remanescentes 3 peças limitámo-nos a classificar o tipo de pé, pois a classificação da sua forma seria seguramente questionável, embora pela orientação dos seus bojos pareçam corresponder a fundos de taças, formas abertas mas de perfil mais vertical que a pátera.

De referir que a peça nº 1, pátera que permitiu um desenho completo, pertence à “espécie” F2250 de Morel, que surge em substituição da F2230 (ALVES, 2010: 30), por meados do século II a.C. Há, inclusivamente, uma referência (MOREL, 1981: 153) de que a F2252 b 1 (classificação que propomos para esta peça) se deve situar entre 140-130 a.C., com base nos dados do naufrágio de Punta Scalette, na ilha de Giannutri (LAMBOGLIA, 1964).

Todas as cerâmicas apresentam decoração, o que não será muito vulgar, pelo que se poderia pôr a hipótese de que a pessoa que as recolheu tivesse feito uma escolha, abandonando no local as peças que não a ostentassem. Contudo não deve ter sido este caso, pois para além dos fundos e do bordo que foi possível colar dando origem à peça nº 1, também foi recolhido um fragmento de bojo, como tal sem decoração. Acresce o facto de também terem sido recolhidos fragmentos de bojo de ânforas, seguramente menos apelativos

do que fundos de Campaniense A sem decoração, pelo que nos parece que todos os materiais notados pelo achador foram recolhidos.

De notar que segundo Michel Py (PY, 1993: 147) a pátera F2252 é raramente decorada, sendo que no caso em que há decoração, esta se restringe a círculos concêntricos. Mesmo a “série” 2825 (a que pertence a peça nº 3) é referida pelo autor como tendo “decoração eventual de palmetas”, o que só vem sublinhar a invulgaridade de todas as peças estudadas terem decoração, numa cronologia em que a tendência é para o desaparecimento das decorações na Campaniense A.

A decoração de todas as peças é bastante similar, consistindo em estampilhas impressas, distribuídas em forma radial (há 3 exemplares que conservam as 4 estampilhas impressas, sendo que as outras peças apresentam apenas uma, duas e três devido às fracturas sofridas na base). Estas estampilhas eram envolvidas por um círculo de decorações circulares feitas com roleta (dois no caso da peça nº 1, ver quadro 9) e por um círculo inciso (não presente na peça nº 1, que como vimos apresenta dois círculos de decorações circulares, nem na peça nº 6, ver quadro 14). Há peças que apresentam uma impressão de palmetas bastante perfeita (peças nºs 3, 6 e 4, embora esta última apresente duas mal impressas), outra que apresenta uma má impressão (peça nº 5). O caso das cerâmicas nºs 1 e 2 é algo diferente, pois as estampilhas impressas são claramente de menores dimensões e devem ser inseridas noutro grupo ao nível da decoração, o grupo das folhas radiais (BATS, 1988: 132-134).

Este grupo de decoração de palmetas (quatro) dispostas em forma radial, “emolduradas” por círculos de *guillochures* é típica de meados do século II a.C., mas como veremos pode-se ter estendido por mais algum tempo. Torna-se interessante que o conjunto em apreço apresente uma peça (a nº 1) que emoldura a decoração impressa (não de palmetas, mas de folhas) com dois círculos de *guillochures*, sendo que as outras apresentam apenas um círculo de *guillochures*, mas já apresentem um círculo inciso exterior à restante decoração. É sabido (PRINCIPAL-PONCE e SAMMARTI, 1997: 40) que esta decoração que apresenta círculos incisos deve ter surgido no penúltimo quartel do século II a.C., por influência das decorações da Campaniense B. Os citados autores referem ainda que a pouco comum associação na Campaniense A de palmetas com círculos incisos deve corresponder a um momento final deste tipo de decoração, até porque é neste mesmo terceiro quartel que se assiste ao desaparecimento da decoração de palmetas e *guillochures*.

A decoração das peças nºs 1 e 2, como vimos, enquadra-se noutro grupo de decoração, o das folhas, sendo que nos parece tratar-se de uma decoração de “folha de parreira”, possibilidade que nos parece até mais plausível na Campaniense A nº 1. Este tipo de decoração com “folhas de parreira” é tido como mais antiga, mas há casos em que ela se pode

ter estendido, pelo menos, até ao terceiro quartel do século II a.C.. Um destes casos reporta-se precisamente aos materiais trazidos pelo exército romano-republicano para os acampamentos numantinos (PRINCIPAL-PONCE e SANMARTI, 1997: 40), propondo os autores (até por comparação com outros sítios arqueológicos, dois deles naufrágios, como tal sítios fechados) uma datação situada entre 140-130 a.C.. A própria tipologia das peças e a forma dos seus pés anelados, que atrás analisámos, também apontam para uma cronologia de 140/130 a.C., datação que se conjuga perfeitamente com a das ânforas.

De facto, esta decoração em palmetas (conhecida como sendo das mais antigas, mesmo de formas de cerâmica Ática) está presente em cerâmicas Campaniense A tardias (embora pouco frequentes), que as apresentam em disposição radial, envolvidas por círculos de *guillochures* (GANTES, 1978: 97 – 103; MULLER, 1978: 127 – 138; VAUSSANVIN, 1978: 139 – 148; MOREL, 1978: 149 – 168). Com efeito (MOREL, 1978: 158), a fase em que as estampilhas desaparecem da Campaniense A deve-se situar por meados do séc. II a.C., fase esta de transição em que as palmetas se vão simplificando e tornando mais finas. Só que o autor (MOREL, 1978: 158) aponta para datas anteriores a 146 a.C., enquanto as formas e as próprias ânforas nos remetem para 140/130 a.C.. Para mais (LARRIEU-DULER, 1978: 126), há outros casos em que Campaniense A tardia com círculos e palmetas surge associada a ânforas Dressel 1A (como no achado de Maiorca), o que comprova a contemporaneidade destes dois tipos de cerâmica. Assim sendo, a decoração de Campaniense A com palmetas impressas deve ter persistido pelo menos até cerca de 130 a. C.. Convém aqui também referir o que foi escrito por Michel Py sobre as decorações com palmetas das cerâmicas Campanienses A do sítio arqueológico de *Lattara* (comuna de Lattes, no Sul da França, cidade portuária com vestígios que remontam à civilização Etrusca). As decorações que classificamos como indubitavelmente de palmetas parecem ter correspondência nas apresentadas por Py: as da peça nº3 parecem corresponder à categoria 2719 (Py, 2001: 530); as da peça nº 4 talvez correspondam (aqui parece-me menos seguro) à categoria 2732 (Py, 2001: 531); as da peça nº 5 parecem corresponder à categoria 2740 (Py, 2001: 532). É de realçar que a cronologia proposta pelo autor para estas peças, recolhidas em contexto de escavação arqueológica e com datação estratigráfica, é de 150-100 a. C. para as decorações das categorias 2719 e 2732 e de 150-125 a. C. para a decoração da categoria 2740. Quanto às decorações das peças nº 1 e 2 que, como atrás referimos, consideramos poderem ser de folhas de parreira e não de palmetas, também parecem ter paralelos nas apresentadas por Py, nomeadamente nas mais estilizadas. Assim, as decorações das referidas peças parecem ter alguns paralelos com as categorias 2747 a 2750 (Py, 2001: 533), com datações estratigráficas da segunda metade do século II a. C..

No que diz respeito à análise das pastas, podemos dizer que elas são homogéneas nas suas características, apresentando colorações entre o rosa acastanhado (5YR 5/3 e 5/4), o laranja rosado (5YR 5/8) e o beije rosado (5YR 6/3). As pastas apresentam-se pouco compactas, depuradas, apresentando vacúolos e alguns ENP's, sendo que a maioria e os de maiores dimensões são os de origem vulcânica. Este tipo de pastas é típico dos fabricos da Campânia, como seria de esperar até pela cronologia das peças. A análise das pastas fez-se sem o recurso a qualquer instrumento óptico (como as lupas binoculares, por exemplo), limitando-nos à análise macroscópica, mas é notório que, apesar de algumas pequenas diferenças (ao nível da cor, do número de ENP's, entre outras) todo o conjunto apresenta pastas bastante homogéneas, o que não é de estranhar se levarmos em conta que os barreiros que forneciam a argila para as Campanienses A estavam todos situados na Ilha de Ischia, no golfo de Nápoles, local também da sua exclusiva produção (Luís, 2003b: 16).

Todas as peças apresentam engobe negro, interior e exterior, com poucos ou nenhuns reflexos metálicos. Em algumas das peças (peças nºs 1, 3 e 5) o verniz denota ser menos aderente, havendo zonas em que se soltou em pequenas lascas. Nalgumas das peças (nºs 1, 2 e 3) nota-se ainda que o círculo central (que ostenta a decoração) apresenta coloração castanho esverdeada (5YR 3/1), devido à sobreposição do pé de outra peça durante o processo de cozedura (disco de empilhamento). Curioso é o facto de a peça nº 4 apresentar uma coloração do seu interior precisamente oposta às das peças anteriormente descritas: a parede interior é acastanhada (10YR 3/2), certamente por problemas acontecidos na cozedura, enquanto que o círculo central decorado e parede exterior se apresentam de cor negra.

2.3 O *kalathos*

A única peça recuperada e não carregada no início da viagem, algures na costa tirrénica italiana, é o *kalathos*, de origem ibérica, e que deve ter sido incluído a bordo como carga, na costa mediterrânica peninsular.

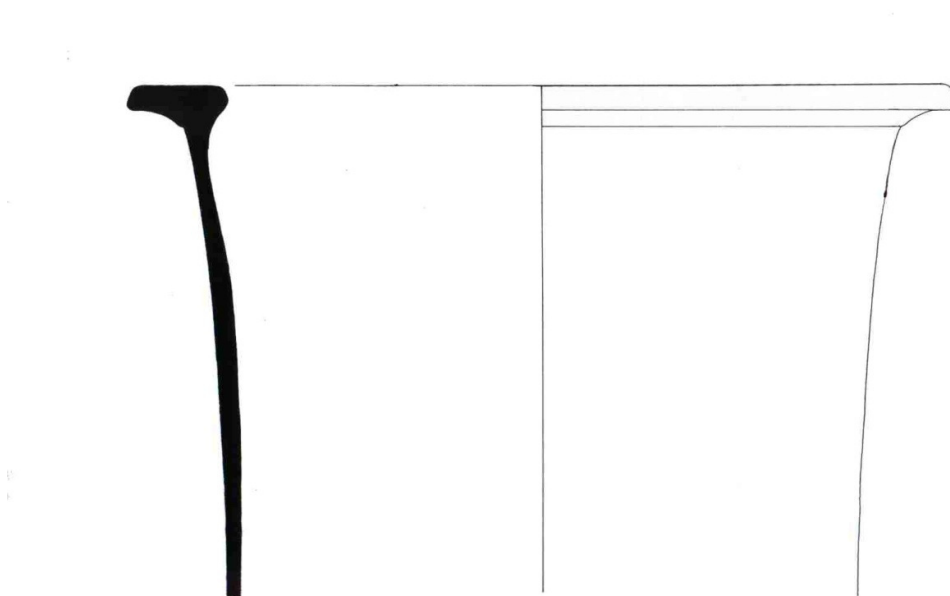


Figura 6 – *Kalathos* ibérico

Conjuntamente com as ânforas e com as cerâmicas Campanienses foram recolhidos três fragmentos de uma peça (colavam todos entre si), da qual apresentamos desenho na figura 6. É uma cerâmica cinzenta escura, de pasta muito depurada e compacta, de paredes finas para o tamanho que apresenta. O bordo, formando “prateleira”, é de grandes dimensões, com forte projecção para o exterior e ligeira para o interior. Trata-se de um enorme contentor, com diâmetro ao nível do exterior dos bordos de 230 mm.

Parece então tratar-se de um *kalathos*, forma 17 da cerâmica ibérica (GASCO e BALLESTER, 1981: 79). Esta forma refere-se aos designados “sombbrero de copa” (chapéu de copa alta/cartola), sendo que o espécime em apreço pertencerá à forma 17b, que congrega os *kalathoi* de corpo cilíndrico e bordo de “asa plana”.

Este tipo de peças diferencia-se bem do resto da cerâmica ibérica, constituindo como que um seu subgrupo. São cerâmicas de armazenamento, que tanto se podem

apresentar com decoração pintada polícroma, como podem ser cinzentas como o espécime de Maiorca. *Kalathos* significa cesto na cultura clássica, como tal algo para transporte, contentor. Mas, como forma cerâmica pode-se dizer que é uma criação ibérica, muito presente em sítios arqueológicos tardo-republicanos (GASCO e BALLESTER, 1981: 77). Os *kalathoi* de corpo cilíndrico e bordo de “asa plana” são predominantes nos séculos II e I a.C. (GASCO e BALLESTER, 1981: 78), nomeadamente em sítios como Azaila (Teruel, Aragão, Espanha). Este *kalathos* de corpo cilíndrico e “asa plana” substitui o precedente de colo estreito por volta do século III a.C., sofrendo posteriormente grande difusão, aparecendo muitas vezes associado a cerâmica campaniense. Esta difusão chega, pelo menos, à fachada atlântica peninsular, pois está referenciada na zona asturiana (perto de Gijón), no Castro de La Campa Torres (MAYA e TORIBIO, 2001).

Posteriormente, outros autores (BONET e MATA, 1992) propõem um novo tipo de classificação para estas peças. Assim, tipologicamente, os *kalathoi* são classificados na Classe A (Cerâmica Fina), Grupo II (recipientes de diversa morfologia, com funcionalidade dificilmente determinável, podendo ser multifuncionais, para armazenamento, ou outras actividades domésticas), Tipo 7, Subtipo 1 (cilíndrico). No caso do *kalathos* de Maiorca este deve ser ainda inserido na variante 2 pois que, de acordo com a classificação proposta e os atributos métricos definidos (BONET e MATA, 1992: 121), o diâmetro ao nível do exterior dos bordos deve ser considerado como Mediano (peças com diâmetros entre 10 e 25 cm).

É ainda referido (BONET e MATA, 1992: 129) que há exemplares que não têm decoração (como o exemplar de Maiorca), nomeadamente uma produção específica procedente da Catalunha, bem como alguns recipientes de grandes dimensões. É um dos poucos tipos de cerâmica ibérica que é exportado para fora da zona de influência da Cultura Ibérica propriamente dita e é dos produtos que mais perdura depois da conquista romana. Como hipóteses de conteúdo surgem o mel, o *garum* e a púrpura, sendo certo que na Grécia existiam também uns recipientes semelhantes, sem decoração, ligados à apicultura. Referem, contudo, a convicção de que deviam ser recipientes multifuncionais.

Parece também que poucos exemplares de *kalathoi* foram recolhidos em naufrágios, mesmo nas costas do Mediterrâneo (IZQUIERDO, 1995: 123), algo que acaba por trazer mais interesse à peça de Maiorca. A autora procede à análise de 4 exemplares recolhidos em Puerto Tofiño (Ilhas Columbretes, da Comunidade Valenciana). Os fragmentos não apresentam vestígios de decoração, sendo muito similares entre si (forma, dimensões, pastas). Os perfis desenhados mostram claras similitudes com o *kalathos* que estamos a analisar, sobretudo a cerâmica nº 3

(IZQUIERDO, 1995: 124). Curiosamente é esta mesma cerâmica nº 3 que tem um diâmetro máximo mais próximo da de Maiorca, pois apresenta uma dimensão de 225 mm (IZQUIERDO, 1995: 128). Contudo há uma diferença assinalável: a pasta da peça de Puerto Tofiño apresenta-se de tom avermelhado, com zonas de ocre claro, enquanto a cerâmica de Maiorca apresenta toda ela uma coloração cinzenta. A autora está também convencida que a decoração existiu, mas se perdeu por erosão, algo que também poderia ter acontecido com a peça de Maiorca, embora nos pareça que neste caso devemos mesmo estar perante o referido regionalismo catalão de pastas cinzentas sem decoração. A cronologia proposta para as peças de Puerto Tofiño estudadas é similar à do naufrágio de Na Guardis (Maiorca, Espanha), que se situa entre 150-130 a.C. (IZQUIERDO, 1995: 126). De notar que esta cronologia proposta se coaduna perfeitamente com a baliza cronológica proposta para as ânforas Dressel 1A e Campanienses A de Maiorca, que se situa entre 140 e 130 a.C.. Este naufrágio romano-republicano de Na Guardis¹¹ (AYUSO, 1984: 33-87) é interessante pelo facto de apresentar também, entre outros materiais, a associação com ânforas Dressel 1A e Campaniense A. Por outro lado, dos dois *kalathoi* recuperados, um apresenta decoração e as argilas são entre o ocre e o rosado.

¹¹ Curiosamente, Na Guardis tem parecenças com o Grand Congloué, pois abarca dois naufrágios sobrepostos, sendo que o mais recente terá uma cronologia do tempo de Cláudio/Nero.

2.4 Outros materiais/vestígios

Conjuntamente com os materiais já apresentados e descritos, foi ainda recolhido um fragmento de madeira (ver figura 7).

Este fragmento apresenta, inclusive, vestígios de combustão, o que poderia ser consentâneo com um incêndio a bordo que tivesse, eventualmente, levado ao naufrágio da embarcação que transportava os materiais itálicos e a cerâmica ibérica. Há também, na extremidade esquerda (conforme a disposição presente na fotografia apresentada), uma zona que parece apresentar trabalho humano, tendo em conta a forma de semicírculo detectável.



Figura 7 – fragmento de madeira – área com vestígios de combustão

Contudo, uma visão mais cuidada do fragmento parece indicar que estamos perante uma raiz de árvore, ou mesmo um fragmento de ramo de videira. Seria, mesmo assim, interessante proceder a análises mais aprofundadas sobre este material (dendrocronologia, carbono 14, por exemplo) para aferir da sua espécie, cronologia e proveniência.

Um outro material recolhido foi um seixo, de cor escura, possivelmente de anfibolito (ver figura 8).



Figura 8 – seixo

Se o seixo for contemporâneo e fizer parte do contexto dos achados cerâmicos, duas hipóteses funcionais se podem pôr para esta peça. A mais lógica, seria fazer parte do lastro que todas as embarcações utilizavam, por forma a terem maior estabilidade na navegação. Um olhar mais atento à peça permite vislumbrar pequenos sulcos, rectilíneos e paralelos, perpendiculares aos lados de menor comprimento do seixo. Tais sulcos podem indicar a presença prolongada de fios/cordas, o que nos permite também supor que o referido seixo poderá ter sido utilizado como peso de uma rede. Tal facto não é de estranhar, visto que em embarcações destinadas a viagens de longa duração era habitual a tripulação proceder à pesca, tendo em vista dotar-se de alimentos frescos que complementassem os alimentos embarcados *ab initio* e os que poderiam ir sendo carregados ao longo da viagem (como parece ter acontecido com os alimentos contidos no *kalathos*).

3 Relação com o contexto Peninsular

Considerámos que, depois de analisadas as peças recolhidas e proposta a sua classificação, seria útil a sua contextualização no horizonte peninsular romano-republicano, por forma a obter uma visão mais vasta do achado e sua inserção na história da expansão territorial de Roma para Ocidente.

Uma primeira análise debruçar-se-á sobre os naufrágios romano-republicanos conhecidos, de cronologia similar. Infelizmente, para o actual território português não há registos de intervenções arqueológicas subaquáticas de contextos com esta cronologia. Assim, a nossa análise centrar-se-á em sítios arqueológicos subaquáticos das costas mediterrânicas de Espanha e das Baleares, por serem as mais próximas da zona em estudo no presente trabalho. Esta navegação mediterrânica era, ao tempo republicanos, já bastante consistente, contrariamente ao que se passaria na fachada atlântica peninsular. Esta área mediterrânica seguramente que era sulcada por inúmeros navios de comércio marítimo interprovincial, como por barcos de cabotagem, dando expressão a uma rede local/regional de trocas comerciais (CAMPOY e REYES, 2008: 221). A própria logística das legiões romanas também muito por aqui deve ter passado, nomeadamente em direcção a portos como o de Ampúrias, verdadeira porta de entrada peninsular, pelo menos desde a Segunda Guerra Púnica. Esta abordagem procurará, sobretudo, encontrar paralelos com o achado de Maiorca quanto ao tipo de carga transportada pelos navios naufragados.

Procuraremos também inserir o achado de Maiorca na problemática da conquista romana do Ocidente Peninsular. Tendo em conta a homogeneidade cronológica de todas as peças postas a descoberto, que apontam para uma datação do terceiro quartel do século II a. C., convém relacionar o achado com a conquista do Ocidente Peninsular ocorrida neste período, nomeadamente com as campanhas de Décimo Júnio Bruto, que o levaram até ao Norte do actual território de Portugal e Galiza (daí lhe advindo o agnome “Galaico”, em reconhecimento do sucesso obtido nas campanhas contra os povos da *Gallaecia*). Os movimentos destas campanhas ainda hoje levantam muitas questões, sobretudo para a zona da fachada atlântica, nomeadamente no que concerne às deslocações das tropas e à logística dos seus reabastecimentos. cremos, inclusive, que este será o achado fechado mais a Norte registado para esta época da conquista romana, daí a sua importância neste contexto.

3.1 Naufrágios republicanos de cronologia similar

Como atrás referimos, infelizmente para o actual território português não são conhecidos sítios arqueológicos subaquáticos, devidamente intervencionados, para as cronologias aqui em análise. Alguns materiais têm surgido, por acção de obras ou da frota pesqueira de arrastão. É o caso de um fragmento de ânforas Dressel 1A recuperado em dragagens (DIOGO, CARDOSO e REINER, 2000: 83, 87 e 107) na Foz do Rio Arade (Algarve). É evidente que a aleatoriedade resultante do facto destes materiais terem sido recolhidos em dragagens lhes retira muito do capital informativo, pois que a dragagem certamente misturou materiais cronologicamente díspares, quer se tratem de materiais resultantes de naufrágios ou de puro abandono/rejeição “borda fora” de contentores vazios e/ou danificados. Pese embora nos pareça que as peças de Maiorca tenham um lábio muito mais marcado e menos pendente que a ânfora recuperada na Foz do Arade (DIOGO, CARDOSO e REINER, 2000: 87 e 107), é curioso salientar que esta última ainda apresentava vestígios de resina no seu interior (DIOGO, CARDOSO e REINER, 2000: 87), sucedendo o mesmo com todas as ânforas recuperadas em Maiorca. Para além do material anfórico há ainda a referência a que foram recolhidos, também nas dragagens, dois fragmentos de Campaniense A (SILVA, COELHO-SOARES, SOARES, 1987: 204, 206; ARRUDA e ALMEIDA, 1999: 331), curiosamente das formas 5 e 27 de Lamboglia, que também possuímos em Arruelas. Neste mesmo artigo (SILVA, COELHO-SOARES, SOARES, 1987: 208-209) se dá ainda conta da recolha, no mesmo local de dragagem onde surgiram os fragmentos de Campaniense, do surgimento de três fragmentos de Dressel 1, sendo que um deles parece ser atribuível à Dressel 1A. É evidente que estes achados descontextualizados são muito limitados ao nível da informação arqueológica extraível, mas não deixa de ser curioso o facto de, em ambiente subaquático, nos depararmos com peças similares tipologicamente às de Arruelas, embora se ponham as dúvidas quanto à sua cronologia específica e à pertença a uma ou mais embarcações.

Há ainda uma referência a dois fragmentos de ânfora Dressel 1 encontrados junto às Berlengas (DIOGO, 1999a: 244), mas que não é possível classificar nos subtipos desta tipologia, visto que não apresentam os bordos (num dos casos apenas se conserva uma asa). Também a ânfora descrita (e desenhada) que não conserva o bordo (DIOGO, 1999a: 243 e 245) apresenta superfície interna resinada. Como se vê, mais uma vez, estamos perante achados fortuitos e aleatórios que pouca ou nenhuma informação contextual oferecem.

Em meio fluvial, no Tejo, na zona de Alhandra, há a referência à recolha por um pescador de uma ânfora Dressel 1, que infelizmente não conserva o bordo (DIOGO e ALVES, 1988-1989: 230, 234 e 237). Pelo desenho apresentado (fig. 3-4), com ombro mais vertical e bico pouco diferenciado, parece ser mais compatível com a tipologia do naufrágio de Sant Jordi E (ASENCIO, 2010: 36), que o autor classifica como sendo tipologicamente posterior ao naufrágio de Cabrera 7 que, como veremos, é o que apresenta ânforas com perfil (bordo, colo e, em parte, o ombro) mais parecido com as de Arruelas (Maiorca).

Mais para Norte, não conhecemos referências a materiais recuperados de meio aquático com cronologias similares. No decorrer da investigação para este trabalho deparámo-nos com uma referência importante para a zona do interface do Baixo Mondego, num artigo que julgamos pouco conhecido (CORTEZ, 1957). O autor relata o surgimento de materiais

romanos (a 70 braças de profundidade, cerca de 130 metros) numa rede de arrastão, “provenientes do naufrágio de uma nave romana no enfiamento do estuário do Mondego, ao largo da Figueira da Foz” (CORTEZ, 1957: 120). A seu pedido, o mestre do arrastão voltou ao local, tendo localizado com o apoio da sonda eléctrica, “no fundo, meio enterrado na vasa, os restos da nave naufragada” (CORTEZ, 1957: 121). Posteriormente voltaram a lançar redes (!) para tentar recolher mais material, tendo sido recuperados *dolia* (é apresentada a fotografia de um) e ânforas (infelizmente não apresenta nenhuma imagem). Como é lógico, esta informação não nos dá qualquer tipo de hipótese de discernir a tipologia das ânforas e a sua cronologia, mas atendendo à sua importância tentámos junto da comunidade piscatória da Figueira da Foz recolher informações que nos permitissem localizar as peças recolhidas. Infelizmente, até ao momento, nenhuma informação credível nos chegou, o que não será de estranhar se tivermos em conta que o achado já ocorreu há 60 anos. Fica, contudo, a informação, que julgamos não ser muito conhecida.

Os dados recolhidos da análise dos materiais provenientes de naufrágios devidamente intervencionados pela arqueologia subaquática são de extrema utilidade, sobretudo no que diz respeito à cronologia e estabelecimento de sequências morfológicas das peças, mormente na classificação morfotipológica de material anfórico (ARRUDA e SOUSA, 2013: 110), como bem se pode ver no que atrás escrevemos sobre o caso do Grand Congloué onde, por ter sido possível identificar dois naufrágios distintos, permitiu estabelecer balizas cronológicas consistentes para as diversas tipologias das ânforas. As referidas autoras (ARRUDA e SOUSA, 2013: 110) baseiam a sua análise cronológica das ânforas itálicas de Monte Molião na proposta de classificação de ASENCIO (ASENCIO, 2010), tendo por base os materiais de Colònia de Sant Jordi E (Ses Salines, Maiorca). Este artigo de Asensio parece-nos extremamente importante, pois analisa naufrágios com cronologia similar ao achado de Maiorca e não se resume à análise anfórica, pois nos carregamentos apresentados surgem outros materiais similares, como as Campanienses A, pelo que nos deteremos seguidamente na sua análise.

O autor sublinha que são muito mais abundantes (que em períodos anteriores) os sítios arqueológicos conhecidos, com presença de contentores itálicos na sua carga, atribuíveis ao século II a. C. (ASENCIO, 2010: 27), apontando seis naufrágios que apresentam “ânforas greco-itálicas das variantes formais evoluídas”, de meados do referido século. Refere, a título de exemplo, o naufrágio de Es Llatzeret (Maó, Menorca), que apresenta um grande número de “ânforas greco-itálicas avançadas”, a par de um pequeno grupo de ânforas gregas (como tal, uma clara época de transição tardia). Acresce de interesse para este nosso trabalho o facto de o espólio anfórico vir acompanhado de um pequeno número de cerâmica Campaniense A (ASENCIO, 2010: 31), para além de 3 lucernas itálicas de verniz negro. Ao nível dos perfis dos bordos e da implantação das asas, as ânforas apelidadas de greco-itálicas avançadas (ASENCIO, 2010: 28) são muito semelhantes às por nós aqui estudadas, o que não é de estranhar pois que também se inserem na fase de transição entre as greco-itálicas e as formas Dressel 1. Dentro das próprias Campanienses A há claras semelhanças, nomeadamente com a nossa peça nº 3 (“série” 2825 de Morel), registando-se também decoração de palmetas envolvidas por um círculo de decorações circulares feitas com roleta.

Os naufrágios de Cabrera 7 (Cabrera, Maiorca) e de Colònia de Sant Jordi E (Ses Salines, Maiorca) também são interessantes de analisar, pois em ambos nos deparamos com ânforas itálicas, tipicamente de transição (ASENCIO, 2010: 30, 31), embora o seu número fosse inferior

ao número das ânforas e outros materiais de produção púnica. Este facto de se detectar uma coexistência de ânforas itálicas (em menor número) e púnicas pode dever-se ao facto de os referidos naufrágios corresponderem a barcos comerciais, carregados de produtos itálicos mas, sobretudo, de produtos regionais, enquanto o carregamento exclusivamente itálico de Maiorca (se excluirmos o *kalathos*, que deve ter sido carregado como reabastecimento na Catalunha) se pode dever a um carregamento inicial e completo feito na Península Itálica, como apoio logístico de tropas (possivelmente das campanhas peninsulares de Décimo Júnio Bruto). Este carregamento maioritariamente púnico, segundo o autor, comprova também que nesta altura o núcleo púnico de *Ebusus* (Ibiza, Ilhas Baleares) ainda se mantinha comercialmente activo (ASENCIO, 2010: 31). A predominância, nesta área mediterrânica, de cargas de origem itálica em naufrágios aparece apenas mais tarde, em finais do século II a. C./inícios do século I a. C., o que indicia a “consolidação da dominação romana na Península Ibérica” e, como tal, o aumento de barcos comerciais provenientes da Península Itálica (ASENCIO, 2010: 31). De referir que o autor nota que para esta fase, bem como para a anterior (em que há predominância de materiais púnicos nos naufrágios), em contexto terrestre já há uma maioria de materiais anfóricos importados (mais de 60%).

Com peças similares às de Maiorca há também o naufrágio de Illa Pedrosa (L’Estartit, Girona), que apresentava um “importante carregamento” de cerâmicas Campanienses A (“várias dezenas de exemplares completos, bem conservados”), para além de 15 exemplares de ânforas Dressel 1A (ASENCIO, 2010: 34), menos bem conservados, constituídos por colos e bordos. Infelizmente apenas são apresentadas (ASENCIO, 2010: 33) fotografias das ânforas. Para além de um exemplar de ânfora púnica, das ânforas classificadas como Dressel 1A há claramente duas com o lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado, semelhantes às do achado do Baixo Mondego. Contudo, outras 3 peças já apresentam um lábio bastante vertical, pelo que não se devem enquadrar na fase de transição (ou serão de uma altura mais tardia desta transição) a que pertence o material anfórico de Arruelas, embora as asas, longas e espraiando-se quase na vertical paralelamente ao colo, entroncando claramente no arranque do ombro, apresentem semelhanças com a nossa peça nº 1¹². Apesar de o autor (ASENCIO, 2010: 34) referir que a cerâmica fina de produção Campaniense A se deve inserir na “fase clássica ou média” (datável de 180-100 a.C., como tal compatível com as de Arruelas), ao não as descrever ou apresentar imagens impede-nos de as comparar com as Campanienses A que analisámos neste trabalho.

Por fim, o autor refere ainda os dados de Pudrimel Sur (La Manga del Mar Menor, Murcia) que, inicialmente foi referido como contendo “conjunto homogéneo de ânforas Dressel 1C, acompanhadas de cerâmica Campaniense A e taças/tijelas de paredes finas” (ASENCIO, 2010: 34). Só que, numa revisão mais recente, um número superior do material anfórico foi classificado como sendo efectivamente Dressel 1A, o que aproxima também este achado do que por nós é aqui estudado.

É ainda considerado (ASENCIO, 2010: 35, 36) que a heterogeneidade tipológica detectada nos naufrágios mais antigos desaparece a partir de finais do século III a. C., quando se inicia a produção e comercialização de ânforas greco-itálicas para o Mediterrâneo Ocidental.

¹² Outra diferença surge na configuração do ombro, que parece ser mais horizontal na ânfora nº1 de Maiorca, comparando com as ânforas apresentadas de Illa Pedrosa.

Asensio refere que os carregamentos são muito homogêneos no que concerne à tipologia das ânforas, o que se pode atribuir a uma “forte unificação de critérios sobre os padrões que devem reger esta produção”, extensível a todas as zonas da Península Itálica que fabricavam esta tipologia de contentores. Apesar desta tendência de uniformização tipológica dentro do quadro de evolução cronológica, parece-nos que casos há (como o atrás referido de Illa Pedrosa) em que no mesmo carregamento se podem notar nuances diferenciadoras, nomeadamente no que concerne aos bordos (sobretudo quanto aos lábios, mais oblíquos ou mais verticalizados), podendo indiciar carregamentos de material anfórico de diferentes produtores (que claramente se multiplicariam ao longo da costa tirrénica), algo que já atrás referimos ser natural, sobretudo em épocas de transição. As mesmas nuances são referidas para os materiais de Llatzeret (Maó, Menorca), onde são reconhecidos dois grupos tipológicos, um de “ânforas greco-italicas de tradição arcaica” e um de “ânforas greco-italicas evoluídas” (ASENCIO, 2010: 38, 39). Mesmo em Portaló (Girona), nas peças que Asensio estudou também se detecta um exemplar com características mais antigas (ASENCIO, 2010: 39), sendo que as restantes 23 ânforas são muito homogêneas do ponto de vista morfológico e claramente classificáveis nas “ânforas greco-italicas evoluídas” (ver ASENCIO, 2010: 29, quadro 6). O autor apresenta, para a coexistência destas pequenas diferenças tipológicas dentro do mesmo naufrágio, duas hipóteses (ASENCIO, 2010: 39): por um lado, a possibilidade de o mesmo barco carregar material anfórico mais antigo, reutilizado, a par de ânforas mais recentes; mas logo depois aponta para o que parece ser mais credível, que também já atrás referimos, e que consiste na possibilidade de os carregamentos comerciais se efectuarem em diversas zonas da costa tirrénica, carregando por isso bens e recipientes de diferentes produtores, que acabarão por apresentar as referidas diferenças tipológicas¹³. Neste caso, os naufrágios que apresentam uma grande homogeneidade morfotipológica, devem ser fruto de um carregamento feito “no mesmo porto ou zona produtora” de todas as ânforas. Pensamos que deve ter sido o que se passou com o carregamento do barco naufragado em Maiorca, pela clara homogeneidade tipológica dos restos anfóricos. Pensamos ainda que este tipo de “carregamento único” pode ser atribuído, entre outras possibilidades, ao embarque de aprovisionamentos/mantimentos de apoio a acções militares, tarefa certamente planeada e centralizada no estado romano.

Também o naufrágio conhecido como Escombreras 2 apresenta algumas Dressel 1A, a par de Campanienses B e C (estas em menor número), lucernas itálicas e lingotes de chumbo, sendo de realçar a existência de *kalathoi* ibéricos (CAMPOY e REYES, 2008: 222). A cronologia proposta é, contudo, mais recente que a do naufrágio de Maiorca, pois se encerra entre 90-80 a. C..

Do ponto de vista cronológico há, como se viu, uma clara linha definidora da evolução (como atrás também já referimos), com o estreitamento e alongamento das ânforas, verticalização dos lábios, colos e asas mais longos, características que se vão acentuando até finais do século II a. C.. É com base nestes critérios que o autor propõe uma ordenação cronológica para a evolução tipológica das ânforas greco-italicas, sendo de destacar o quadro evolutivo da Fig. 11 (ASENCIO, 2010: 36), que apresenta a evolução crono-tipológica dos naufrágios e onde é de salientar a semelhança entre a ânfora nº 1 de Maiorca e a imagem

¹³ É ainda levantada a hipótese de as ligeiras diferenças formais puderem vir da mesma oficina, sendo assumidas como forma de diferenciar diversos tipos de vinho, através de diferentes formas de ânfora, por exemplo.

usada para representar o naufrágio de Cabrera 7. A única diferença mais visível prende-se com o facto de o ombro da ânfora de Maiorca ser mais horizontal (característica que, como vimos, é típica das ânforas mais antigas), sendo que o lábio, as asas e o colo são bastante semelhantes.

É, pois, de realçar a existência de vários naufrágios conhecidos no Mediterrâneo Ocidental que reúnem na sua carga ânforas Dressel 1A e cerâmicas Campaniense A, portanto sensivelmente a mesma carga exumada em Maiorca. Parece-nos, contudo, que a carga do naufragado de Maiorca se apresenta ainda mais homogénea do que as cargas dos referidos naufrágios mediterrânicos, quer do ponto de vista do material anfórico, quer do ponto de vista do material campaniense. Tal facto, como já referimos, deve-se certamente ao facto de o naufrágio de Maiorca dever estar associado a um navio de apoio a incursões militares romano-republicanas (como tal, presume-se, com a carga feita num único local), ao passo que os naufrágios analisados por Asensio devem ser de navio comerciais, como tal com uma carga mais heterogénea, carregada em vários portos, englobando vários produtores. De notar ainda que, num dos naufrágios (Escombreras 2), é também referida a presença de *kalathoi*. A novidade dos materiais de Maiorca prende-se, sobretudo, com o facto de um achado fechado como este, com este tipo de carga e cronologia, surgir na fachada atlântica (ainda que em ambiente de interface de estuário) e não no, à altura já tão cruzado por rotas marítimas, *Mare Nostrum*.

3.2 A conquista romana do Ocidente Peninsular

Tendo já analisado e proposto classificações para os diferentes materiais surgidos em Maiorca, tendo já também procurado fazer uma contextualização face a naufrágios romano-republicanos de cronologia similar, tendo assumido a convicção de estarmos perante o naufrágio de um barco de apoio às campanhas militares romanas, é agora chegado o tempo de procurar uma contextualização ao nível da conquista romana do Ocidente Peninsular. Penso que se deve assumir esta ligação da conquista romana do Ocidente Peninsular com as campanhas de Décimo Júnio Bruto, pelo que há, pois, que procurar os vestígios deixados por essas ocupações militares, tarefa sem dúvida difícil, pois fica sempre a dúvida se um determinado contexto arqueológico se reporta efectivamente a uma ocupação castrense¹⁴ (FABIÃO, 2004: 53). Esta análise não será completamente exaustiva, antes se direccionará para os sítios arqueológicos relacionados com as principais bacias hidrográficas nacionais, assumidas como interface de ligação com o interior e possível apoio logístico às incursões militares. Referiremos ainda sítios em que a associação de materiais seja semelhante à de Maiorca.

Ainda antes de nos debruçarmos sobre a análise da conquista romana do Ocidente Peninsular propriamente dita, sobretudo do que se passou no actual território português, começaremos pela análise do sítio de *Valentia* (Valência, Espanha). Apesar de não se localizar no Ocidente Peninsular, o facto de ser uma fundação de raiz, descrita por autores clássicos, com numerosas e profícuas campanhas de escavações arqueológicas nas últimas décadas, serve como “farol” para o estudo destes passos iniciais da conquista e romanização. Com efeito, os dados das referidas intervenções arqueológicas permitiram indagar da veracidade e exactidão da datação historicamente proposta por Tito Lívio para a fundação da cidade em 138 a.C. (RIBERA I LACOMBA, 2014: 61). Esta menção de Tito Lívio (*Periocha* 55) refere que o *oppidum* de *Valentia* foi fundado em 138 a.C. por Décimo Júnio Bruto para acolher os veteranos das guerras contra Viriato, na Lusitânia, deslocando-os para nascente, obsequiando-os com férteis terras perto do Mediterrâneo, uma zona bem mais pacificada e romanizada que o palco das denominadas “Guerras Lusitanas” (RIBERA I LACOMBA, 2014: 67). Esta fundação de raiz, em local desabitado, com a pressão inerente ao estabelecimento de cerca de 2000 colonos (RIBERA I LACOMBA, 2014: 69), forneceu dados valiosos sobre esses momentos fundacionais e os materiais que lhe estavam associados, formando como que uma “cápsula do tempo” de 138 a.C..

Dentro destas “cápsulas do tempo” da Antiguidade são de realçar os depósitos rituais, manifestações religiosas propiciatórias, associadas à construção de edifícios ou mesmo de cidades, como neste caso (RIBERA I LACOMBA, 2014: 69, 70). Foram vários os depósitos rituais encontrados, contendo ossos de animais, para além de material cerâmico, maioritariamente itálico, cronologicamente datável entre 150-130 a.C.. Num destes depósitos, o das termas, é de destacar, para além de carvões, restos de fauna e de cerâmicas várias, o surgimento de quatro ânforas greco-italicas, para o efeito depositadas alinhadas. O carácter ritual desta

¹⁴ Parece-nos que nos casos em que aparecem artefactos de carácter bélico (como as *glandes plumbeae* que já referimos) se pode afirmar estarmos perante uma ocupação militar do sítio, mesmo que tão só temporária, durante as deslocações das legiões.

deposição também se pode ver pelo facto de as ânforas terem sido reutilizadas, pois continham no seu interior terra cinzenta com carvões, espinhas de peixes e ossos de animais.

Outras “cápsulas do tempo” são as lixeiras, que nos dão um vislumbre do quotidiano da época. A lixeira da Rua Barón de Petrés é para nós significativa, pois também é da época fundacional e apresenta fragmentos de várias ânforas, maioritariamente itálicas, Campanienses e cerâmica ibérica. Ao analisar a Figura 11 (RIBERA I LACOMBA, 2014: 72), apesar da pouca definição devida ao reduzido tamanho, são claras as semelhanças entre o perfil dos bordos de algumas das ânforas apresentadas e as que surgiram em Maiorca, com os seus lábios triangulares bastante pronunciados e o colo cilíndrico. Também as Campanienses se enquadram dentro da tipologia das de Maiorca, parecendo até que algumas apresentam decoração de círculos de *guillochures* a emoldurar estampilhas de palmetas. Neste caso não é possível ser mais assertivo, pois como referi as imagens padecem de pouca resolução. Na mesma figura, embora o autor não o referencie no texto, é possível discernir o fragmento de um *kalathos* entre as cerâmicas ibéricas, algo que confirmámos noutro artigo (RIBERA I LACOMBA e ROMANÍ, 2011: 319). Mais uma vez se confirma este padrão material que temos encontrado e registado ao longo deste trabalho e que também se regista no achado de Maiorca. Falta referir que este local de lixeira se encontra na zona de proximidade do rio, pelo que tem sido interpretado como resultado de acidentes ocorridos com materiais chegados à colónia por via fluvial (RIBERA I LACOMBA, 2014: 72; RIBERA I LACOMBA e ROMANÍ, 2011: 319).

Do acervo de Campanienses, cerca de 75% podem ser classificadas como Campaniense A média (190-100 a.C.), num “momento de estandardização técnica e tipológica” e simplificação das decorações (RIBERA I LACOMBA, 2014: 72, 73), algo que também registamos nas peças de Maiorca, nomeadamente com a estilização da decoração, momento como tal mais tardio e que precede o seu completo desaparecimento.

Quanto ao material anfórico, o grupo mais numeroso é o das Dressel 1A, da costa tirrénica, que se sobrepõe às formas greco-itálicas (RIBERA I LACOMBA, 2014: 74), dado importante para a nossa análise pois, mais uma vez, esta cronologia bem definida arqueologicamente confirma a cronologia que temos proposto para Maiorca.

Quanto à cerâmica ibérica, que já atrás referimos acerca da lixeira da Rua Barón de Petrés, a forma mais presente é a dos *kalathoi* (RIBERA I LACOMBA, 2014: 76). Também se registam, embora escassamente, cerâmicas de paredes finas (RIBERA I LACOMBA, 2014: 73, 74), o único “material-padrão” que não foi recuperado em Maiorca.

O enquadramento da fundação de *Valentia* beneficia ainda dos dados existentes para outros dois sítios de elevado significado: *Carthago*, destruída em 146 a.C. e *Numantia*, cercada desde 134 a.C. e destruída no ano seguinte. No caso da cidade norte-africana, os materiais contemporâneos da sua destruição revelam uma clara prevalência de cerâmicas Campaniense A napolitanas sobre as B etruscas, tal como se regista também nos registos mais antigos da fundação valenciana, sendo que mesmo assim se regista um elemento diferenciador: as Campanienses A de *Carthago* apresentam um aspecto mais antigo que as de Valência, nomeadamente devido ao maior número de peças com decorações impressas e pintadas (RIBERA I LACOMBA, 2014: 76). No registo anfórico, é de relevar que em *Carthago* são extremamente raras as Dressel 1A, já bastante abundantes nos momentos iniciais de Valência,

havendo um claro predomínio de ânforas greco-italicas. Estes dados são perfeitamente entendíveis pela sua cronologia, tanto que a escassez de ânforas de transição é perfeitamente normal se levarmos em conta que a destruição data de 146 a.C. e a fase de transição é comumente situada entre 140-130 a.C., como vimos anteriormente.

Já os materiais provenientes dos acampamentos fixados por Cipião Africano para proceder ao bem-sucedido cerco de Numância são de especial interesse, pois permitem uma datação muito precisa, pouco posterior à da fundação valenciana. Neste caso específico, são muitas as semelhanças materiais com o espólio fundacional de Valência, quer no que concerne às cerâmicas de verniz negro, quer às ânforas, quer à cerâmica de cozinha (RIBERA I LACOMBA, 2014: 76). O autor refere que a “comparación con estos yacimientos bien fechados demuestra la idoneidad de las cerámicas más antiguas de Valentia con la fecha histórica del 138 a.C”. Em forma de conclusão, o autor refere ainda que à data da fundação há, pois, um claro predomínio de cerâmicas de importação itálicas (loiça de mesa e de cozinha e contentores para bens alimentícios, como o vinho), maioritariamente da Campânia, sendo que o material anfórico originário da Campânia configura o maior volume destes materiais importados (RIBERA I LACOMBA, 2014: 80). Este facto não é de estranhar se atentarmos que estamos perante a fundação de uma colónia, que albergou veteranos das “Guerras Lusitanas” e que ao nível do consumo teriam clara preferência por produtos itálicos.

Como se vê, nota-se um certo padrão no que concerne aos materiais arqueológicos presentes em recintos tardo-republicanos (MORILLO e AUROUX, 2014: 31). Dentro destes materiais típicos de um assentamento militar são de relevar, segundo os autores, “cerâmica campaniense A y B, ânforas y lucernas tardorrepublicanas, monedas romanas e ibéricas, así como elementos típicos del ajuar metálico como las fíbulas tipo Alesia, glandes de plomo, puntas de pilum y dardos para ballista o jabalina”. Infelizmente, em Maiorca, estamos reduzidos às cerâmicas Campanienses A e às ânforas Dressel 1A, sendo de equacionar estarmos perante um navio encarregue da logística de abastecimento, transportando a necessária baixela e mantimentos e não equipamento militar (que também podia ter existido e não se ter encontrado/recuperado ou que pode não ter resistido, porque metálico, às condições do local, embora esta hipótese não nos pareça muito plausível). É sobretudo estranho, uma vez que aparece loiça de mesa (Campaniense A), o facto de o nosso conjunto não registar qualquer peça de paredes finas (que se encontram em vários assentamentos militares desta cronologia) nem lucernas. Este facto pode perfeitamente ser atribuível ao contexto do achado, se levarmos em conta que a zona afectada pela obra pode não ter afectado toda a embarcação (como tal, não afectando toda a carga) ou que, por serem cerâmicas mais frágeis, a sua destruição foi maior, não procedendo o achador à recolha de fragmentos muito pequenos e/ou informes. Os autores referem ainda que o achamento isolado de alguns destes materiais (não o “pacote” inteiro, ou pelo menos a presença da maioria dos diferentes tipos de materiais referidos) coloca problemas quanto ao tipo de ocupação do local. Apesar de em Maiorca faltarem alguns destes materiais distintivos, pensamos que o facto de pertencerem, provavelmente, a uma embarcação, os pode colocar dentro do âmbito militar, visto que a cronologia é consentânea. Aliás, a presença de materiais itálicos em Maiorca (litoral) vem de encontro ao referido pelos autores de que o abastecimento de zonas mais interiores seria feito, pela dificuldade de transporte, sobretudo com bens indígenas ou produzidos pelas próprias legiões para autoconsumo (MORILLO e

AUROUX, 2014: 32, 33). Aliás, assiste-se até à coexistência de materiais tipicamente itálicos com materiais indígenas, como o próprio *kalathos* de Maiorca comprova, associação esta presente noutros sítios de claro assentamento militar.

Ainda que haja uma disseminação por todo o actual território português de materiais de produção itálica com a cronologia aqui defendida (140-130 a.C.), a maior preponderância localiza-se a Sul do Tejo, palco de “grandes movimentações de tropas” (PARREIRA, 2009: 55), mas também, sem dúvida, a zona mais estudada para este período específico. Os dados que comprovam esta ocupação aliada às movimentações das tropas do *Callaicus* serão analisados mais pormenorizadamente, mas convém reter desde já que, para além de *Olisipo* e *Moron*, estabelecidas em 138 a.C., os novos dados de sítios como Mesas do Castelinho (PARREIRA, 2009: 94) que apresentam materiais itálicos (sobretudo anfóricos) em estratigrafia pós-conquista, vêm comprovar um claro estabelecimento estratégico na zona do Tejo. Pensamos que a partir dos dados do achado de Maiorca (bastante mais a Norte) se deverá começar também a questionar da importância geoestratégica do Vale do Mondego (pelo menos do Vale do Baixo Mondego) como suporte das incursões militares romano-republicanas. Estas ligações ao interior peninsular através das bacias hidrográficas dos principais rios de há muito que são conhecidas, sendo utilizada desde tempos imemoriais para promover trocas comerciais (sobretudo na procura de matérias primas provenientes do interior), para além dos sempre presentes intuítos bélicos. Há muito que se fala dos rios como “auto-estradas” da Antiguidade, preferindo eu utilizar a imagem da folha (botânica), correspondendo o vale do rio principal ao pecíolo, que se ramificará nos seus afluentes (quais nervuras da folha), que permitirão por vezes (desde que navegáveis) estender estes contactos ao longo do leito principal. Os vales dos rios funcionariam, assim, como um tecido vascular que “alimentaria” toda uma região.

Esta ocupação perceptível ao longo do Tejo também deve ter tido o seu equivalente noutros rios, à época navegáveis, do Ocidente peninsular. Desde logo pensamos no Guadiana, navegável até Mértola, “funcionando como porta de entrada no sudoeste peninsular” (LUÍS, 2003a: 378), que apresenta um notável conjunto de fragmentos de cerâmica campaniense, sobretudo Campanienses A (mais de 80% do total), denotando que a “importação maciça de cerâmicas campanienses data da segunda metade do século II a.C.” (LUÍS, 2003b: 111), altura das “Guerras Lusitanas”.

Na proximidade de Mértola há ainda que referenciar o sítio arqueológico de Mata-Filhos, que pelas “estruturas evidenciadas à superfície e o seu local de implantação fazem-nos supor uma função de tipo militar” (LUÍS, 2003a: 380). É de destacar neste sítio a abundância de ânforas de Classe 3 de Peacock e Williams (como as de Maiorca), abundância essa que partilha com outros locais de clara ocupação militar (LUÍS, 2003a: 380).

Bastante mais a Norte, mas ainda nas proximidades do Guadiana (embora numa zona que já não seria navegável), há registo de fragmentos cerâmicos atribuíveis à tardo-república (MATALOTO, 2014). Falamos do sítio do Castelo das Juntas (Moura), onde encontraram alguns fragmentos de Campaniense A, para além de um importante espólio de glandes *plumbeae* (projecteis de funda, denotando clara ocupação militar). Também no relativamente próximo (cerca de 20 km) Castelo Velho do Degebe se regista um fragmento de Campaniense A, bem como fragmentos (poucos) de ânforas Dressel 1 (MATALOTO, 2014: 371). Parece, contudo, que estes sítios que tiveram ocupação militar são mais tardios, devendo inserir-se não nas

campanhas de Décimo Júnio Bruto, mas sim no contexto sertoriano das Guerras Civis, avançando a sua cronologia para finais do primeiro quartel do século I a.C..

Ainda mais a Norte, no Castelo da Lousa (Mourão), hoje submerso pelas águas da barragem do Alqueva, também assistimos à associação de Campanienses com ânforas Dressel 1A (GONÇALVES e CARVALHO, 2002: 185), sendo que neste caso também se propõe uma cronologia mais tardia (como nos dois sítios anteriores), a partir do século I a.C. (embora se sobreponha a vestígios indígenas), podendo inserir-se numa estratégia de domínio da zona envolvente, quer se trate de uma fortificação militar, quer seja uma *villa* fortificada ligada à exploração de metais.

Bem mais perto da foz do Guadiana, em Castro Marim, mais propriamente em trabalhos arqueológicos de minimização de impacto de obra realizada no Forte de São Sebastião (ARRUDA e PEREIRA, 2008) detectaram-se materiais similares aos de Maiorca, nomeadamente ânforas Dressel 1 (uma delas, a nº 2 da figura 22, página 404, de bordo de secção triangular, muito parecido com as ânforas aqui em estudo), Campanienses A e, inclusivamente, um fragmento de *kalathos*¹⁵, apontando para uma cronologia de finais do século II a.C. (ARRUDA e PEREIRA, 2008: 417). Pensamos que o facto de não terem sido encontradas Campanienses B, ou do círculo da B, pode apontar para uma proposta cronológica inicial mais precisa, para a datação de 140-130 a.C., tal como em Maiorca. Aliás, referem os autores, a ocupação desta zona do Forte apresenta materiais republicanos mais antigos que os do próprio Castelo de Castro Marim, que é primordialmente atribuível à segunda metade do século I a.C. (ARRUDA e PEREIRA, 2008: 418), embora apresente alguns materiais do século anterior (a plena romanização do espaço foi, assim, mais tardia). Este facto é atribuído à possibilidade de a ocupação romana do forte ser militar, inserida na estratégia de conquista da região, não interferindo directamente com o povoado indígena que já se encontrava na zona do Castelo (ARRUDA e PEREIRA, 2008: 419).

A pouca distância e mais ligado ao Rio Gilão, do Cerro do Cavaco (Tavira) foram recolhidos em prospecção sete fragmentos de Dressel 1A (havendo ainda a referência a outros contentores anfóricos), para além de campanienses (ARRUDA e ALMEIDA, 1999: 330-331). Das cerâmicas campanienses sabemos que algumas são do círculo da B, não havendo a certeza de que alguma da Classe A tenha sido recolhida. Deve ter sido povoado indígena, possivelmente fortificado, posteriormente romanizado. Os materiais são os que se vão encontrando na romanização do Ocidente Peninsular, nomeadamente os associados à movimentação de exércitos.

Ainda no Algarve, na zona do rio Arade, como já vimos, a análise de um conjunto de materiais dragados (portanto sem qualquer contextualização arqueológica) também revelou materiais romano-republicanos, nomeadamente fragmentos de ânforas Dressel 1A (SILVA, COELHO-SOARES, SOARES, 1987: 208–209; DIOGO, CARDOSO, e REINER, 2000: 83). De salientar que um dos fragmentos de tipo Dressel 1A apresenta “lábio curto, triangular, convexo e pendente”, e ainda “conserva vestígios de resina na superfície interna” (DIOGO, CARDOSO, e REINER, 2000: 87), como a maior parte dos exemplares de Maiorca. Ainda provenientes de

¹⁵ A presença de *kalathoi* em contextos romano-republicanos parece claramente ligada à fase de conquista e chegada de exércitos romanos, pois aparece em vários dos locais com ocupação deste tipo no ocidente peninsular (ARRUDA, SOUSA, BARGÃO e LOURENÇO, 2008: 177).

dragagem no mesmo rio, há a referência a que foram recolhidos dois fragmentos de Campaniense A (SILVA, COELHO-SOARES, SOARES, 1987: 204, 206; ARRUDA e ALMEIDA, 1999: 331). Ainda na zona do Arade, de salientar os materiais do Cerro da Rocha Branca (Silves), que na sua fase III de ocupação apresenta materiais como as ânforas de Classe 3 (e de outras tipologias), Campanienses (entre as quais de Classe A) e quatro denários da segunda metade do século II a.C. (ARRUDA e ALMEIDA, 1999: 330).

Mais a Ocidente, no Monte Molião (Lagos), também surgem ânforas Dressel 1, mas as que são apresentadas ostentam lábios mais verticais e as asas não correm paralelamente ao colo, como as que estamos a estudar (ARRUDA e SOUSA, 2013: 114) Poderão estes dados indiciar que são mais recentes que as de Maiorca? As autoras parecem inclinar-se para esta conclusão, pois referem que “a ocupação romano-republicana de Monte Molião” terá começado no “início do último quartel do século II a.C.” (ARRUDA e SOUSA, 2013: 136). Embora o terceiro quartel não esteja completamente afastado como *terminus ante quem*, as autoras não o vêem como muito credível, devido à reduzida expressividade do número de ânforas greco-italicas, em comparação com os níveis fundacionais de Lisboa, Valência e Tarragona (ARRUDA e SOUSA, 2013: 137). É assim assumido que em Monte Molião, como em Faro e Castro Marim, se assiste a “uma romanização tardia dos territórios meridionais, ligeiramente posterior à do vale do Tejo, a última conectada com a Campanha militar de Décimo Júnio Brutus”, descartando ainda que esta mais tardia romanização meridional se deva ao facto de a zona já estar, à época, mais romanizada porque já pertença da Ulterior. A prevalência e precocidade da conquista e assentamentos no vale do Tejo devem ser devidas mais à importância e dimensão do vale em si, permitindo a ligação a territórios peninsulares bem interiores, e à maior proximidade com as problemáticas zonas do Noroeste da Península. Estes dados do Monte Molião são ainda corroborados pela análise das Campanienses A aí exumadas. Com efeito, apesar de surgirem materiais de Campaniense napolitana datáveis ainda do século II a.C., eles devem pertencer já ao seu último quartel (DIAS, 2010: 71), prolongando-se pelos inícios do século seguinte, nas suas formas mais tardias, em que começam a coexistir com as Campanienses B calenas. Confirma-se assim que estas peças (ânforas e campanienses) do Monte Molião são ligeiramente mais recentes que as peças de Maiorca.

Subindo pela costa atlântica, deter-nos-emos um pouco em Santiago do Cacém, pois nas escavações de *Mirobriga* (povoado indígena posteriormente romanizado) terão sido recolhidos fragmentos de cerâmica campaniense e ânforas Dressel 1 (ARRUDA e ALMEIDA, 1999: 324), sendo que um fragmento é de Classe A (DIOGO, 1999b). No que concerne às Campanienses A, são referenciados seis fragmentos, classificados como tardios (DELGADO, M., 1971:407-410; 419). Ainda na zona de Santiago do Cacém, há a registar o povoado de Pedra da Atalaia (ou Cabeço da Guarita), que apresenta cerâmica da Idade do Ferro e romana (SILVA, 1978: 119). São apresentados desenhos de duas peças campanienses (SILVA, 1978: Est. VI, nºs 70 e 71) que podem perfeitamente pertencer à Classe A, embora a ausência de descrição e o facto de não serem peças completas não nos permita uma classificação mais apurada.

É agora altura para abordarmos o Vale do Sado, que nos parece ter também as características necessárias para ter tido a sua importância nos episódios de cerca de 138 a.C.. O Sado tem, até, alguns aspectos comuns com o Vale do Baixo Mondego, onde se localiza o achado de Arruelas, que aqui estudamos. Não podemos deixar passar em claro a utilização do Vale do Sado com intuitos comerciais desde épocas remotas, pontificando Abul como

entrepósito fenício, tal como acontecia com Santa Olaia para o Baixo Mondego. Aliás, se se registam estas ocupações anteriores, que se prolongaram no tempo e tinham clara importância (pelo menos regional), é de equacionar a hipótese de que os romanos o saberiam e aproveitariam esse conhecimento para as suas coevas incursões militares. A zona do achado de Maiorca fica, aliás, numa zona resguardada do Vale, bem próximo de Santa Olaia e com visibilidade directa para esta. No que concerne a Alcácer do Sal (mais tarde denominada *Urbs Imperatoria Salacia*), a cidade apresenta uma pré-existência indígena. Obras feitas no seu Castelo (para estabelecimento de uma Pousada) revelaram estratigrafias que se podem datar do século II a.C. (FARIA, 2002: 58). Há ainda outras referências a intervenções arqueológicas mais antigas no castelo que referem a identificação de uma unidade estratigráfica bem definida, situada entre os séculos II e I a.C. (fase V), mas em que as cerâmicas de importação itálica são diminutas, salientando-se alguma campaniense, mas já tardia (SILVA, SOARES, BEIRÃO, DIAS e COELHO-SOARES, 1980-1981: 171). Pormenorizando mais, refere-se que dos sete fragmentos de campaniense surgidos, de pequena dimensão e perfis muito incompletos, cinco são da classe A, confirmando-se que são tardias (entre finais do século II a.C. e a primeira metade do século I a.C.) e que nesta fase V, no material anfórico, não é relatada a presença de qualquer Dressel 1 (SILVA, SOARES, BEIRÃO, DIAS e COELHO-SOARES, 1980-1981: 185-187). Concluem os autores que a referida fase V demonstra sobretudo a prevalência dos horizontes mediterrânicos/orientais sobre os itálicos, com poucas campanienses, sendo estas tardias e apenas uma ânfora itálica, descontextualizada (SILVA, SOARES, BEIRÃO, DIAS e COELHO-SOARES, 1980-1981: 211). Há ainda a referência à identificação de quatro fragmentos de Campaniense, encontrados na altura da construção de um depósito de água subterrâneo na parte Ocidental do Castelo (SOARES, 1978). No entanto, a autora, aponta para cronologias já da primeira metade do século I a.C. (SOARES, 1978: 135-137, 141).

Ainda na zona do Sado, mais especificamente na zona do seu estuário e em posição de sua dominância, há ainda a assinalar o sítio arqueológico de Pedrão (Setúbal), que consiste num pequeno espaço fortificado no cume duma colina (FABIÃO, 2006: 119). É referida, dentro do espólio do sítio, a presença de importações itálicas republicanas, como campanienses, paredes finas, moedas e armamento, embora seja também referido que o seu reduzido número não permite asseverar estar-se perante uma ocupação militar¹⁶.

Como já referimos, o Vale do Tejo é o que apresenta mais dados (também por ser claramente a zona mais estudada) para a análise da conquista romana do Ocidente Peninsular. Mas estes dados não reflectem somente um maior investimento na investigação desta zona, reflectem também, como atrás referimos, a clara posição de charneira que todo o referido vale assumiu durante as campanhas de Décimo Júnio Bruto.

Este eixo de assentamento e penetração surge referido nas fontes clássicas (Estrabão e Plínio-o-Velho), sendo que desde há muito se pretende identificar, na margem Norte do Tejo, os vestígios arqueológicos comprovativos das referidas fontes (FABIÃO, 2014c: 9), “posições-chave para as campanhas de conquista em direcção ao norte”. O autor refere que esta ocupação também se regista na Extremadura espanhola (Cáceres el Viejo), embora já não se

¹⁶ Outro sítio algo similar, embora no interior, é o de Monte da Nora (Terrugem, Elvas), que não apresenta defesas naturais, mas fossos de protecção, e que também revelou espólio romano-republicano (FABIÃO, 2006: 120).

relacionem com este horizonte ocidental, mas antes com outro eixo de penetração. Esta visão inicial de procura na margem Norte do rio tem sido alterada, pois que trabalhos realizados (FABIÃO, 2014c: 11) têm permitido discernir que esta ocupação se desenrolou em ambas as margens, provavelmente não se devendo só a uma preocupação militar de estabelecer uma forte base de apoio às acções militares, mas também já com intuitos de exploração de um território conhecido “pela riqueza aurífera cuja exploração pode ter começado nessa época e não mais tarde como habitualmente se tem pensado” (FABIÃO, 2014c: 9).

Como já atrás referimos, o vale do Tejo foi assumido como zona de charneira para as acções militares do terceiro quartel do século II a.C., facto ao qual não será estranha a sua facilitada e ampla navegabilidade, bem como as capacidades portuárias da sua foz, dados já referidos por Estrabão (FABIÃO, 2014c: 11) e que justificam a disseminação de sítios arqueológicos ao longo da bacia hidrográfica do rio (ver figura 9).



Figura 9 – Mapa do baixo Tejo, extraído de FABIÃO, 2014c: 11

É inquestionável a importância de *Olisipo* neste quadro de instituição do vale do Tejo como eixo primordial das referidas campanhas militares do ocidente peninsular. A ocupação da zona do Castelo de São Jorge e a cronologia dos materiais aí exumados indiciam estarmos perante “os primórdios de uma instalação permanente no último terço do séc. II a.C.” (FABIÃO, 2014c: 12), constituindo-se como base de abastecimento e “portagem” para terras mais interiores (PIMENTA, 2014: 46), utilizando a cidade pré-existente de *Olisipo* como retaguarda do “eixo principal da sua campanha militar ao noroeste peninsular”, iniciada em 138 a.C..

Os mais recentes dados da investigação confirmam que esta ocupação romano-republicana se localiza no terceiro quartel do século II a.C., embora a importância de toda esta zona se tenha feito sentir ao longo de todo o primeiro milénio a.C. (PIMENTA, 2014: 44). Muito

do que referimos para as potencialidades do Baixo Mondego no que concerne à navegação, também se registava na embocadura do Tejo, que apresentava condições de excepção para se estabelecer como interface preferencial para a navegação atlântica (PIMENTA, 2014: 45): a descrição de “verdadeiro mar interior, de águas calmas e margens férteis, encontrando aí um ancoradouro seguro para qualquer tipo de embarcação”, se descontextualizada, pode perfeitamente colar-se à descrição do Baixo Mondego em período tardo-romano (claro que em menor escala), nomeadamente à zona dos achados de Maiorca, a seguir ao estreitamento de Reveles. Mais, quando o autor refere “o seu papel como principal via de comunicação para o interior do território, por onde se escoavam as matérias-primas e os excedentes dos férteis terrenos do alto Tejo irrigados pelas cheias periódicas, [...] ponto de contacto entre dois mundos o Mediterrânico e o Atlântico”, se trocarmos “Tejo” por “Mondego” o texto continua a ter a mesma pertinência. Parece-nos, também, que a navegabilidade referida até *Scallabis* (último porto de mar), sendo para montante a navegação feita com recurso a barcos mais pequenos, de menor calado, também deve ter tido o seu paralelo no Mondego, sabendo nós que até há pouco tempo as marés ainda chegavam a Montemor, pelo que a navegação na Antiguidade teria sido possível, quem sabe se não mesmo até *Aeminium*.

Estes novos dados permitem perceber claramente que em meados do século II a.C. se assiste ao súbito aparecimento de importações da península itálica, sendo que a cronologia pode ser ainda mais afinada, mais precisamente para o período entre 140-130 a.C., tendo em conta a homogeneidade das tipologias e correspondentes cronologias dos materiais surgidos (PIMENTA, 2014: 47). O espólio encontrado permite confirmar a chegada em grande número de cerâmicas Campaniense A, copos de paredes finas e lucernas, contentores vinícolas da Costa Tirrénica, sobretudo ânforas greco-itálicas tardias ou de transição, bem como exemplares de cerâmica ibérica, principalmente *kalathoi* (PIMENTA, 2014: 49). Voltamos a lembrar que deste conjunto tipológico, em Maiorca apenas não foram reportadas lucernas e paredes finas, e o *kalathos* recuperado, ao invés dos de Lisboa, não apresenta decoração. Todos estes materiais são consentâneos com a campanha desencadeada em 138 a.C. por Décimo Júnio Bruto, “com claros objectivos de uma “pacificação” exemplar dos últimos focos de rebelião lusitana e de reconhecimento de uma área até então pouco conhecida, o Noroeste peninsular” (PIMENTA, 2014: 50). Esta “novidade ocupacional” não se limita à importação de produtos itálicos, até aí inexistente, mas também a um novo tipo de assentamento, que recusa as pré-existências do povoado indígena, implantando antes novas construções e um padrão urbano e técnicas construtivas novos, que só se podem atribuir à chegada dos exércitos de Roma (PIMENTA, 2014: 54), assistindo-se a “um novo desenho de matriz itálica que se estende pela encosta até às margens do rio Tejo”, embora pouco se saiba acerca do sistema defensivo propriamente dito (PIMENTA, 2014: 56). Esta pujante fase de ocupação militar parece ter terminado em finais do século II a.C., altura em que se assiste (nomeadamente no Castelo de São Jorge) a um claro declínio das importações itálicas (PIMENTA, 2014: 57), algo que, como veremos adiante, se passou também noutros locais.

Como vimos, há uma clara ruptura urbanística com o povoado indígena em *Olisipo*, tendo também sido referido que esta nova malha urbana desce a encosta até às águas do Tejo. Assim, não é de estranhar que noutros locais de Lisboa se tenham encontrado vestígios arqueológicos de idêntica cronologia aos anteriormente mencionados. É o caso do estabelecimento romano republicano do Beco do Forno do Castelo, com uma cronologia de

abandono similar à cronologia de Maiorca (140-130 a.C.)¹⁷, e onde se detectaram também Campanienses A (PIMENTA, GASPAR, GOMES, MOTA e MIRANDA, 2014: 134), as ânforas greco-italicas tardias/de transição, ânforas Dressel 1 e kalathos (PIMENTA, GASPAR, GOMES, MOTA e MIRANDA, 2014: 135). Também as intervenções arqueológicas que tiveram lugar na Rua do Recolhimento (MOTA, PIMENTA, e SILVA, 2014) e na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo das Portas do Sol (SILVA, 2014), apresentam um “pacote artefactual” com elevada afinidade com o do Castelo de São Jorge e com Maiorca, apresentando as cerâmicas de verniz negro itálicas Campaniense A e as ânforas itálicas Dressel 1A, sendo que na primeira há ainda a referir a presença de *kalathoi*. Mais uma vez se confirma que há um padrão material identitário nestas ocupações.

O controlo da foz do Tejo também pode ter sido efectuado complementarmente na sua margem Sul, no sítio de Quinta do Almaraz (BARROS e HENRIQUES, 2002), embora a cronologia para este sítio ainda não seja muito precisa, sabendo-se que apresenta cerâmicas Campaniense A, embora dentro do espólio anfórico não se registem ânforas Dressel 1A. Contudo, o fragmento de lábio de ânfora nº 21 (BARROS e HENRIQUES, 2002: 100 e 105), classificado como Dressel 1C, tem uma clara similaridade com as Dressel 1A, com perfil triangular. Na descrição da pasta também não é referida a existência de ENP de origem vulcânica (típica das ânforas tirrénicas), sendo apenas referidas elementos de quartzo e mica. De referir que os materiais deste sítio arqueológico provêm de prospecções de superfície e não de escavação, daí a maior dificuldade de caracterização e contextualização.

Seguindo o rio em direcção a montante, não nos deteremos na análise do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira) pois, apesar de se tratar de um conjunto urbano republicano, a sua cronologia já cai para meados do século I a.C. (PIMENTA, SORIA, e MENDES, 2014: 87). O mesmo já não se passa com o sítio de Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). Localizado na margem esquerda, já na zona de influência de *Scallabis* e *Móron*, de que falaremos adiante. Este sítio é já de há muito conhecido, embora a maior parte dos seus dados se limitassem a recolhas superficiais. Mais recentemente foi alvo também de uma campanha de escavações, pelo que a quantidade e qualidade dos dados arqueológicos aumentou exponencialmente. Pode-se hoje concluir que, para além da ocupação proto-histórica, registou uma forte ocupação romano-republicana, com abundantes materiais de proveniência itálica (PIMENTA, MENDES, ARRUDA, SOUSA, e SOARES, 2014: 43-46). Dentre estes são de relevar um elevado número de ânforas itálicas (greco-italicas e Dressel 1), alguns fragmentos de cerâmica Campaniense A, fragmentos de paredes finas, “elementos associados à presença militar romana, como é o caso da glande de chumbo recuperada” e referências orais a moedas republicanas recuperadas por detetoristas. Mais uma vez assistimos a um certo padrão material, com clara homogeneidade cronológica, que deve estar relacionado com as campanhas militares do terceiro quartel do século II a.C.. Parece-nos muito curiosa e pertinente a hipótese levantada pelos autores de que possamos estar perante um *vicus* portuário, que terá começado a exercer essa função em época das campanhas do Galaico, não sendo propriamente um assentamento militar mas funcionando como entreposto/local de

¹⁷ Trata-se, assim, de um edifício que acabou por ter um curto período de existência, pois que as suas fundações apresentam fragmentos de ânforas itálicas (PIMENTA, GASPAR, GOMES, MOTA e MIRANDA, 2014: 134), assistindo-se uma vez mais a um abandono que deve coincidir com o finalizar das campanhas militares do Governador da Ulterior.

descarga dos produtos itálicos que chegavam para abastecer as tropas já localizadas nesta zona (nomeadamente no Alto do Castelo, Alpiarça, que se localiza na mesma margem). Será ainda interessante pensar que, nesta enorme operação de logística de Roma, o navio que naufragou e acabou os seus dias mais a Norte, em Arruelas, possa ter na sua viagem acostado neste Porto de Sabugueiro.

Continuando nesta margem esquerda em direcção a montante, também não nos ocuparemos detalhadamente do possível acampamento militar de Alto dos Cacos (Almeirim), visto que a sua ocupação também se deve ter iniciado apenas em meados do século I a.C. (PIMENTA, MENDES, e HENRIQUE., 2014). No que concerne ao Alto do Castelo (Alpiarça), a informação disponível parece indiciar a existência de um acampamento romano, republicano (FABIÃO, 2014c: 20), mas a sua cronologia é incerta. Registaremos apenas que se situa num sítio privilegiado, em frente a *Scallabis* e *Móron*, pelo que se subentende a sua importância na estratégia tardo-republicana de controlo do Vale do Tejo e sua assunção como eixo fundamental da conquista romana do Ocidente Peninsular.

Mudando agora de margem, deter-nos-emos sobre os dados associados ao sítio arqueológico de Chões de Alpompe (Santarém), que se poderá interpretar “como a cidade de Morón e/ou como Acampamento militar romano” (PIMENTA, 2014: 57). Tal como no caso de Porto de Sabugueiro, parece haver uma coeva ocupação indígena do sítio, notando-se depois uma significativa ocupação republicana, atestada pela abundância de ânforas itálicas, algumas das quais de tipo greco-itálico (FABIÃO, 2014c: 12). O carácter militar da ocupação parece ser comprovado pela produção *in loco* de glandes de chumbo, elemento que já vimos estar associado a assentamentos militares (temporários ou permanentes). Apesar de *Móron* ter sido mencionada por Estrabão, a par de *Olisipo*, como um dos sítios mais importantes do baixo Tejo, ela “não volta a ser mencionado na literatura antiga e não há nenhuma epígrafe latina que se lhe refira, ou seja, parece constituir local abandonado e de que não restou memória toponímica” (FABIÃO, 2014c: 13), sendo que também nunca foi objecto de “qualquer campanha de escavações arqueológicas”. Assim, o que de espólio se conhece foi resultado de recolhas superficiais, sem qualquer controlo científico. Aliás, muitos destes materiais recolhidos foram, uma vez mais, resultado da acção de detetoristas (com tudo o que isso implica, desde a descontextualização até à destruição do sítio e informação a ele associada), consistindo num vasto conjunto de moedas, maioritariamente de época republicana. Convém aqui salientar uma nota, de que este conjunto monetário é bastante similar ao de Cáceres el Viejo (FABIÃO, 2014c: 14, 15), local de que nos ocuparemos mais adiante, havendo que ressaltar o facto pouco usual de dois sítios afastados do epicentro mediterrânico romanizado, nos finais do século II a.C. (altura em que ainda não haveria circulação monetária nesses locais) apresentarem tamanha abundância de numismas. Também por isto, “Chões de Alpompe e Cáceres el Viejo podem ser considerados (e assim têm sido) como dois dos principais eixos de penetração romana para norte, em direcção às áreas ainda não controladas por Roma” (FABIÃO, 2014c: 15, 16), propondo o autor uma leitura/interpretação diferente, olhando os dois sítios como pontos (se calhar os seus extremos) de uma ocupação mais territorial, ao longo da bacia hidrográfica e contando com outros sítios de função militar, formando um eixo Este-Oeste. Isto é, em vez de duas bases de partida para as movimentações militares para Norte, estes sítios poderiam fazer parte de uma estratégia mais vasta de constituir o Vale do Tejo como eixo de assentamento e comunicação (e mesmo controlo de uma zona aurífera rica),

como já atrás referimos, constituindo uma zona militarmente controlada por estes e outros locais¹⁸. Estaremos, assim, perante uma rede linear de controlo militar e não perante dois pontos que permitiriam as incursões setentrionais. Apesar dos diminutos dados arqueológicos (inexistência de estratigrafia e de elementos arquitectónicos), é provável que Chões de Alpompe desempenhasse as mesmas funções que Cáceres el Viejo, que seria um “estabelecimento de carácter permanente, importante elemento de controle territorial do exército romano” (FABIÃO, 2014c: 17). Ambos os sítios têm cronologias muito similares (com início no pós-guerra lusitana), sendo abandonados na mesma altura (período das guerras sertorianas, com retrocesso territorial romano) e vendo posteriormente nascer nas proximidades outras ocupações. Depois do abandono, devido à intrínseca importância geoestratégica de ambas as zonas, assistiu-se a nova ocupação, não dos mesmos sítios, mas na sua proximidade territorial: a colónia de *Norba Caesarina* substitui/sucede a Cáceres el Viejo na Extremadura e *Scallabis* (também com estatuto colonial) substitui/sucede a Chões de Alpompe no Baixo Tejo. Ora é precisamente de *Scallabis* que nos ocuparemos a seguir.

Santarém goza de um extraordinário posicionamento geoestratégico, de dominância sobre o Vale do Tejo. Embora distante da foz do rio e de *Olisipo*, do seu planalto se avistam vários dos sítios da região com ocupação romano-republicana, que atrás já referimos (ARRUDA, e VIEGAS, 2014: 243). Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos em Santarém permitiram aferir que a romanização do povoado indígena pré-existente se inicia nas últimas décadas do século II a.C. (ARRUDA, e VIEGAS, 2014: 252). Aliás, quer nos níveis fundacionais dos edifícios do século I a.C., quer nas estratigrafias preservadas de época republicana (em várias zonas do planalto) foi possível identificar as habituais “associações artefactuais documentadas para o período tardo-republicano” (ARRUDA, e VIEGAS, 2014: 247), como ânforas itálicas, paredes finas, Campaniense A e mesmo *kalathoi*, para além de moedas e alguns apetrechos militares (glandes e pontas de lança), embora estes últimos em número diminuto. De referir que no caso das ânforas, as mais antigas, são predominantemente itálicas, como referimos, registando-se a presença de greco-itálicas e Dressel 1, de entre as quais se registam as de transição, similares às de Maiorca. A cerâmica Campaniense A é predominante nos contextos mais antigos (ARRUDA, e VIEGAS, 2014: 250), apresentando formas que também encontramos no conjunto de Maiorca, como as Lamb. 5-7 (como a de Tipo 2252 b 1 de Morel apresentada neste estudo) e Lamb. 27 (como a de Série 2825 de Morel, também aqui apresentada). Estes dados levam as autoras a referir uma romanização relativamente tardia do planalto (sobretudo para as duas últimas décadas do século II a.C.), assistindo-se à sua plena romanização apenas no século I a.C. (segundo quartel), altura em que inclusivamente “se implanta um plano arquitectónico de traçado ortogonal, que aliás rompe com o existente na Idade do Ferro” (ARRUDA, e VIEGAS, 2014: 253). Este facto já

¹⁸ Cabe também aqui referir Cabeça de Vaiamonte (Monforte), equidistante de Chões de Alpompe e Cáceres el Viejo, que embora mais distante para Sul do Tejo apresenta também um conjunto numismático importante e similar ao de Chões (FABIÃO, 2014c: 16) e poderia fazer parte deste eixo de assentamento e comunicação. Trata-se de um povoado fortificado indígena, com ocupação desde o Neolítico, que terá tido ocupação militar romana, pois do seu espólio constam inúmeras importações romano-republicanas, nomeadamente cerâmica campanienses, moedas, paredes finas, lucernas, armas e armamento romano (FABIÃO, 2006: 121). Com efeito, Carlos Fabião chama à atenção para a similitude com os materiais do grande acampamento romano de Cáceres el Viejo, com a cronologia dos numismas a enquadrar-se entre o século II a.C. e a década de oitenta do século seguinte, coincidindo quer no início da presença de artigos republicanos, quer no seu desaparecimento. Poderemos estar, assim, perante um povoado indígena que “recebeu” a presença de contingentes militares da República romana, seguramente aproveitando a sua pré-existência e privilegiada localização.

anteriormente tinha sido abordado, na análise que foi feita ao sítio de Chões de Alpompé (*Móron*) que terá sido “substituído”, a curta distância, por *Scallabis*, neste processo de controlo do Vale do Tejo. As autoras referem, assim, que o povoado que ocupava então o planalto de Santarém (que não era ainda *Scallabis*) terá “ficado relativamente à margem das movimentações militares ocorridas no 3º quartel do século II a.n.e., com a campanha de 138, realidade que distingue o sítio dos outros dois importantes povoados pré-romanos da foz do Tejo, Lisboa e Chões de Alpompé, onde esse momento está particularmente bem documentado”. Penso que é de realçar a expressão “relativamente à margem”, pois seguramente contactos houve, evidenciados até pelo registo anfórico itálico mais antigo, nomeadamente as ânforas greco-itálicas e as de transição, bem como, possivelmente, as mais vetustas Campaniense A.

Esta problemática é resumida por Carlos Fabião quando analisa o panorama que se apresenta para a conquista romana do Vale do Tejo (FABIÃO, 2014c: 21). O autor refere que numa primeira fase, ainda no século II a.C., a ocupação romana republicana se centra de forma mais intensa em dois pontos, *Olisipo* e Chões de Alpompé, embora ao longo do vale existam outros sítios (como descrevemos brevemente) que apresentam evidências de, pelo menos, contactos com produtos itálicos, nomeadamente ânforas greco-itálicas. Estes outros sítios identificados caracterizam-se por terem ocupação anterior à da chegada dos romanos, sendo por isso povoados indígenas onde se fez sentir uma nova cultura, exógena, com os seus produtos próprios e diferenciados. Estão neste caso o povoado que ocupava o planalto de Santarém, bem como o Porto de Sabugueiro que, embora os dados disponíveis não sejam ainda peremptórios, “pertenciam já à rede de povoamento indígena”. O que atrás escrevemos sobre a Quinta do Almaraz pode também colocar este sítio arqueológico entre os que já no século II a.C. constituíam este eixo de romanização, pois apesar da incerteza da sua cronologia, regista a presença de Campaniense A e um fragmento de lábio de ânfora que nos parece ser compatível com a classificação como Dressel 1A. Este sítio apresenta um ponto em comum com os dois anteriormente citados, pois também se trata de um povoado indígena, que assistirá à sua decadência quando se impôs o poderio de Roma (BARROS e HENRIQUES, 2002: 97).

Por último, situar-nos-emos nas proximidades do achado que aqui estudamos, averiguando da existência ao longo do Vale do Mondego de materiais que partilhem tipologia e cronologia similares, indiciando a passagem de exércitos rumo à pacificação dos povos setentrionais. Esta análise tem hoje mais razão de ser, pois que o achado de Arruelas (Maiorca) parece vir provar claramente que a utilização dos rios e suas bacias hidrográficas para o abastecimento dos exércitos de Décimo Júnio Bruto não se limitou ao Sul do território, tendo o Mondego servido também para tais fins. Recordamos ainda o que atrás escrevemos sobre a navegabilidade do *Munda*, que mesmo na Idade Média ainda se processava pelo menos até Coimbra, permitindo este contacto da fachada atlântica (e mesmo de navegações provenientes do Mediterrâneo) com o interior rico em minério.



Figura 10 – a ria flandriana do Baixo Mondego: 1 – local dos achados; 2 – Santa Olaia
3 - Conimbriga; 4 – Acampamento de Antanol; 5 – Aeminium.

Em Santa Olaia, durante as escavações de emergência realizadas em 1992 e 1993 devido ao achamento, durante as obras do IP3, de uma zona metalúrgica, foram recuperados dois fragmentos cerâmicos que têm bastante interesse para este trabalho. Antes de passar à análise das peças em questão, convém referir que a referida intervenção de emergência detectou uma zona metalúrgica, na cota baixa de Santa Olaia (abaixo, portanto, do povoado), composta por vários fornos, uma muralha e acessos ao referido povoado (PEREIRA, 1993; PEREIRA, 2009). A autora propõe uma “utilização do recinto desde o séc. VIII a.C. ao IV-III a.C.” (PEREIRA, 2009: 77). De entre os materiais apresentados, são referidas quatro cerâmicas de engobe negro, classificadas como gregas ou campanienses e atribuídas ao século IV a.C. (PEREIRA, 2009: 76). Dentre estas foi-me possível observar o fragmento que apresenta decoração impressa de palmetas (Figura 11), facto que desde logo chamou à atenção pela coincidência decorativa com as peças da próxima Arruelas. Infelizmente, não me foi possível observar as outras 3 peças referidas pela autora, das quais também apresenta desenho e que não teriam decoração. A peça observada apresenta notáveis semelhanças com a Campaniense nº 3 de Arruelas. Pelo desenho parece ser também um fundo de taça, de perfil muito próximo da peça que estudámos, podendo ser da Série 2825 de Morel. Também notável é a clara semelhança no tipo de pé, que se enquadra igualmente no tipo 234 a1 de Morel. Apresenta também círculo inciso no fundo, com decoração circular (neste caso centrada) feita com roleta, que enquadra o que deveriam ser quatro palmetas em disposição radial. Apenas subsiste uma palmetas inteira e o arranque de outra, sendo que os seus posicionamentos comprovam a aventada localização radial. A palmetas é muito perfeita como as da peça de Arruelas, sendo aliás muito similar a elas, parecendo quase saída da mesma matriz. Acresce a todas estas semelhanças que a pasta também é muito próxima da nossa peça nº 3, de tom rosa acastanhado, depurada. Também o engobe é semelhante, com a única diferença de que a tonalidade mais esverdeada na zona de impressão não é tão contrastante. Como se vê, esta

peça não será do século IV a.C., mas claramente da mesma cronologia proposta para as peças de Arruelas (140-130 a.C.). Através da marcação da peça foi-nos possível discernir a sua proveniência e contextualização estratigráfica nas escavações de emergência. Ela surge na UE 1 do quadrado 26 (Área 1, Sector 1), correspondendo a um estrato de terra arável, preta, de superfície (PEREIRA, 1993: 38). Deve, portanto, ter chegado a este local já na fase de abandono do complexo metalúrgico, que terá terminado a sua laboração dois séculos antes.

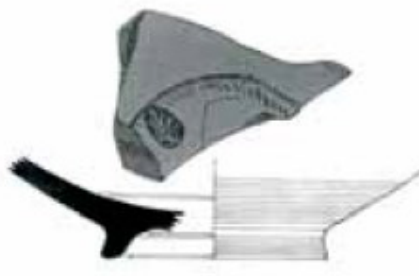


Figura 11 – Campaniense A de Santa Olaia (PEREIRA, 2009: Est. XXVIII, nº 42a)

Na mesma campanha, e curiosamente bastante próximo (quadrado 25, Área 1, Sector 1), surgiu também um fragmento de bordo de *kalathos* (Figura 12), que não se encontra publicado¹⁹. Contrariamente ao espécime de Arruelas, este apresenta uma coloração alaranjada, denotando no bordo decoração de bandas pintadas (a vermelho), perpendiculares. Este fragmento foi recolhido na UE 2, sendo que no relatório se refere que neste quadrado 25 apenas as UE's 3 a 6 correspondem à fase de utilização (PEREIRA, 1993: 37 - 38). Assim sendo, a deposição do fragmento de *kalathos* terá sido ocorrido já pós-abandono da área metalúrgica.

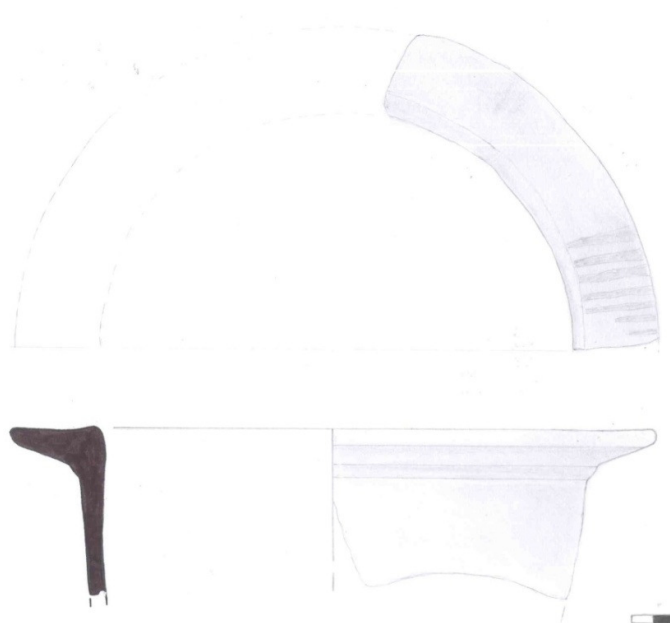


Figura 12 – *Kalathos* de Santa Olaia

¹⁹ O meu agradecimento à Dr^ª. Ana Margarida Ferreira, do Museu Dr. Santos Rocha, que me alertou para a existência desta peça, ma facultou para análise e forneceu o desenho.

No que concerne a *Conimbriga*, apesar de se tratar de um povoado indígena romanizado, os dados para as cronologias abordadas neste trabalho são relativamente escassos. Apesar do seu excelente posicionamento geoestratégico, próximo do curso do Mondego (ver figura 10²⁰) e daquela que será a ligação terrestre mestra Norte-Sul ao tempo romano (estrada *Olisipo-Bracara*), parece não ter sentido de forma intensa estas campanhas militares inseridas na conquista romana do Ocidente Peninsular do terceiro quartel do século II a.C.. Nos materiais que mais temos analisado ao longo deste trabalho, apenas são referidos oito fragmentos de Campaniense que aparentam ser de classe A, num total de 86 fragmentos de cerâmicas de verniz negro resultantes das campanhas de escavação luso-francesas (DELGADO, M., 1976: 21). Estas peças nem sequer foram desenhadas, pois os fragmentos não apresentavam suficiente perfil para tal, embora seja referido que as peças pareçam ser de boa qualidade. Foi-nos aliás referido²¹ que mesmo nas campanhas de escavação arqueológica mais recentes não se detectaram quaisquer campanienses desta classe. Quanto ao material anfórico, são também poucos os fragmentos surgidos. De dois fragmentos apresentados como pertencendo a greco-ítálicas, um bordo e um fundo, o bordo parece-nos claramente ter as características das ânforas de transição, da Classe 3 de Peacock e Williams, sendo a sua pasta descrita como tendo inúmeras inclusões de origem vulcânica (BURACA, I., 2005: 22) e apresentando um lábio triangular muito pronunciado (nº 2 do Catálogo), bastante semelhante às ânforas de Arruelas (Maiorca). Aliás, já na primeira vez em que esta peça foi publicada (ALARCÃO, 1976: 80), apesar de ser classificada como greco-ítálica, o autor refere que a sua classificação coloca alguns problemas²². As Dressel 1 apresentadas (BURACA, I., 2005: 23, 24) já possuem um claro lábio mais verticalizado (nºs 4 a 10 do Catálogo), como tal serão posteriores à fase de transição. Parece, assim, com os dados de que dispomos actualmente, que a passagem das tropas romanas do Galaico não se terá feito sentir de forma muito intensa neste povoado indígena, ao contrário de outros povoados situados mais a Sul, nomeadamente no Vale do Tejo e Guadiana.

Apesar de ainda ser uma incógnita quanto à cronologia, mais para o interior mas bastante perto de *Conimbriga*, encontramos o acampamento romano de Antanol. Este sítio arqueológico encontra-se hoje em dia, infelizmente, bastante destruído pela construção e posterior aumento da pista do Aeródromo Municipal Bissaia Barreto. Apresentava planta rectangular, irregular, com cantos arredondados e muralha de terra batida precedida por duplo fosso. Infelizmente, poucos foram os materiais encontrados no local, resumindo-se a *tegulae*, *imbrices*, cerâmica comum e, pelo menos, um peso de tear (VV.AA., 1958: 18; 30). Este facto não permite o estabelecimento de uma cronologia precisa para o acampamento, ficando em aberto a possibilidade de o acampamento romano de Antanol se dever às campanhas de Décimo Júnio Bruto, estando na zona do presumível caminho terrestre da investida para Norte, através da rota que viria mais tarde a constituir a estrada romana de *Olisipo* a *Bracara* (FABIÃO, 1989: 43). Contudo, apesar da exiguidade de dados e da inexistência de trabalhos arqueológicos no local, parece certo afirmar-se que a monumentalidade das construções em terra (muralha e fossos) não se coaduna com uma construção temporária, de

²⁰ Mais uma vez a figura de base é copiada do trabalho do autor (SENNA MARTINEZ, 1999) e a localização dos vários sítios foi por nós feita.

²¹ Um agradecimento ao Dr. José Ruivo pela informação prestada.

²² Apesar de as referências e as medidas não serem correspondentes nos dois autores, parece-me ser a mesma peça pelo desenho e por só haver menção a ter aparecido um bordo de uma peça greco-ítálica.

marcha (*castra aestiva*), mas sim com um acampamento mais duradouro no tempo (VV.AA., 1958: 30). Acresce que esta localização de Antanol permite ainda a proximidade do Vale do Mondego (e consequentemente do local do achado de Maiorca, ver figura 10), seguramente importante para a logística de reabastecimento das tropas.

Há, aliás, um recente e interessante trabalho (LEITÃO, 2014) que, perante a exiguidade do conhecimento sobre o acampamento de Antanol, se propõe à sua análise sob o prisma das novas tecnologias aplicadas à arqueologia, mais concretamente a sua análise através de um ensaio SIG. O autor refere que ainda hoje são detectáveis, mas sobretudo na envolvente do acampamento, “fragmentos cerâmicos, certamente de tegulae e imbrices, bem como de cerâmica comum de natureza indeterminada”, para além de referenciar a informação da população de que na zona tinham sido descobertas sepulturas em lajes verticais, formando círculos, com vestígios osteológicos e cerâmicos (LEITÃO, 2014: 80). Na análise dos dados obtidos através da aplicação da tecnologia SIG sobressai, sobretudo, o reforço da importância geoestratégica do local, localizado praticamente a meio caminho entre *Conimbriga* e *Aeminium*. Apesar desta equidistância, do local do acampamento há visibilidade total de toda a área de *Conimbriga*, “demonstrando supostamente a sua importância como *oppidum* ao contrário de *Aeminium*, que nunca é abrangida pela bacia de visão” (LEITÃO, 2014: 88), sendo que este facto se deverá unicamente a razões topográficas do local. Acresce que “a via que seguia de *Conimbriga* a *Aeminium* é quase na totalidade abrangida pelo controlo visual a partir da junção de todos os pontos de observação”, o que mais uma vez demonstra a excelência da localização do recinto.

No que diz respeito a *Aeminium* também o panorama não é muito animador. Povoado indígena, romanizado, teve suficiente importância para ser referida por Plínio (*Historia Natural*, 4, 113 e 118), importância essa que lhe adviria da privilegiada localização, com dominância de paisagem/território e defesas naturais/topográficas, para além de, como já antes referimos, se encontrar junto ao Mondego, nessa época seguramente navegável e como tal verdadeiro eixo de contactos, nomeadamente comerciais. Os dados mais significativos de que dispomos, para a época sobre a qual se debruça este trabalho, resultam das campanhas de escavação levadas a cabo na zona do Museu Nacional de Machado de Castro, onde se localiza o famoso criptopórtico que sustentaria o fórum da cidade. Dentre o espólio recolhido, nos níveis de aterro do Sector A, surgiu um fragmento de ânfora que é classificada como Dressel 1A (CARVALHO, 1998: 73). De facto, na Estampa IX (CARVALHO, 1998: 76, peça nº 2), podemos confirmar que apresenta lábio curto e triangular, semelhante às ânforas recuperadas em Maiorca. Já quanto à peça nº 3, embora a pasta seja descrita como tendo muitas partículas vulcânicas, nos parece que apresenta o lábio demasiado volumoso e verticalizado para ser atribuível à classe 3 de Peacock e Williams. Já a cerâmica campaniense recolhida nesta mesma área (apenas 3 exemplares) é toda imitação da Classe B (CARVALHO, 1998: 78), não se coadunando cronologicamente com as ânforas de transição. Um outro sector da intervenção, o C, acabou por ser mais rico ao nível anfórico: há referência a 15 fragmentos da Classe 3 encontrados nos níveis alto-imperiais, o que já é um número mais significativo (CARVALHO, 1998: 159). Apesar de alguma exiguidade de materiais, o autor é levado a dizer que “a passagem dos exércitos de Décimo Júnio Bruto por esta região terá marcado o início dos contactos deste povoado com o mundo romano”, sendo que os “fragmentos de ânforas vinárias Dressel 1 e de cerâmicas campanienses, entretanto recolhidos, são algumas das

importações itálicas que parecem testemunhar esse período conturbado em que a influência romana começava paulatinamente a enraizar-se” (CARVALHO, 1998: 179).

Ainda dentro da região centro não poderia deixar de lado uma menção ao acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil). Apesar de se encontrar nas proximidades de um afluente do Mondego, o Rio Alva, a sua localização já é muito interior, se tivermos em conta o pressuposto de que a incursão das tropas de Décimo Júnio Bruto para Norte se teria realizado mais na proximidade da fachada atlântica. Acresce que os materiais provenientes do acampamento são claramente mais recentes que a data da referida incursão (FABIÃO, 1989: 43-44). Uma das hipóteses aventadas é que este estabelecimento tenha tido por objectivo o controle de uma rica região aurífera de aluvião (FABIÃO, 2006: 116-117).

A região a Norte do Mondego ainda é menos pródiga em vestígios materiais para as cronologias em causa neste trabalho. Apesar de estarem materialmente comprovados contactos mediterrânicos em sítios castrejos, é com as campanhas de Décimo Júnio Bruto que se dão os primeiros contactos directos entre romanos e os habitantes destes castros. Contactos esses, aliás, por vezes bastante violentos, como aconteceu na Cividade de Terroso (Póvoa de Varzim), integralmente destruída (SILVA, 1984: 127-128). Para não cair numa análise de dados bastante dispersos e nem sempre muito precisos, limitar-nos-emos a referir os sítios arqueológicos que apresentam cerâmicas Campanienses A e/ou ânforas de transição, da Classe 3 de Peacock e Williams.

No que diz respeito a sítios com a presença de campanienses, são registados apenas seis, sendo que cinco são castros (LUÍS, 2003b: 37-38). E dentre estes locais que apresentam campanienses, apenas três têm a presença da sua Classe A. Um é o Castro de Romariz (Vila da Feira), onde se registam fragmentos de Campaniense A e B (SILVA, 1986: 136; LUÍS, 2003b: 38), embora não se disponibilizem as cronologias associadas nem o número de peças. Outro, o castro do Coto da Pena (Caminha), apenas regista um fragmento de Campaniense A, embora este seja bastante mais antigo que os materiais de Maiorca, a aceitar o proposto pelo autor, que a data do último quartel do século III a.C. (SILVA, 1986: 136). Já na cidade de Braga apenas está documentado o surgimento de um fragmento de Campaniense A (MARTINS, 1990: 182, nota 85).

Quanto às ânforas da Classe 3 de Peacock e Williams, apenas detectámos uma referência para Norte do Mondego, mais concretamente um fragmento oriundo do Castro de Fiães (Feira). Aliás, é referido como sendo “o fragmento da Classe 3 localizado mais a norte do território nacional” (LUÍS., 2003a: 376). Contudo, ao ler o artigo a que se refere o autor (ALMEIDA e SANTOS, 1971) não encontramos nenhuma referência ou descrição de ânfora que se possa enquadrar nesta classe. Aliás, a única referência a material anfórico refere “alguns fragmentos de ânforas que, pelas asas longas, coloração esbranquiçada e forma dos lábios, serão dos bons tempos imperiais (ALMEIDA e SANTOS, 1971: 164). Mesmo os desenhos apresentados não oferecem nenhum exemplar que se aproxime, minimamente, das características das Dressel 1A. Pensamos que este possível equívoco já vem desde um artigo anterior (ARRUDA e ALMEIDA, 1999: 311), que também se refere a um fragmento de ânfora desta classe na obra citada (ALMEIDA e SANTOS, 1971). Também Carlos Fabião (FABIÃO, 1989: 109) se refere a este fragmento de ânfora, identificando-o com o desenho nº 7 da Est. X (ALMEIDA e SANTOS, 1971), sendo que nos parece ser o lábio demasiado verticalizado para corresponder à

referida Classe. O mesmo autor (FABIÃO, 1989: 110) apresenta ainda referências para outros dois sítios, já a Norte do Douro, com possíveis exemplares da Classe 3: Castelo de Neiva (Viana do Castelo) e Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira).

Assim sendo, parece-nos que o epíteto de ânfora (indubitavelmente) da Classe 3 encontrada mais a Norte no actual território nacional, até à data, terá que descer um pouco mais a Sul, radicando-se nos exemplares do Vale do Mondego, isto é, nos de Arruelas (Maiorca) e nos do fórum de *Aeminium* (concedendo nós que, do ponto de vista puramente geográfico, o fórum de Coimbra fica um pouco mais a Norte que o local do achado de Maiorca...).

4 Considerações finais

Desde a primeira vez que tive acesso aos materiais provenientes de Arruelas (Maiorca) que tive a noção de estar perante um importante espólio resultante de um naufrágio de cronologia romano-republicana. Com efeito, logo no primeiro estudo que fiz das peças (IMPERIAL, 2010), apresentava uma proposta de classificação cronológica muito definida (140-130 a.C.), pois que apesar da sua heterogeneidade material (ânforas, campanienses e o *kalathos*, que na altura não tinha identificado devidamente), as peças eram extremamente homogéneas no que concerne à sua cronologia, sincrónicas, portanto.

Este estudo mais aprofundado permitiu um olhar diferente sobre o achado. Foi, assim, ganhando consistência a hipótese de estarmos perante o naufrágio (ou abandono, embora esta hipótese seja menos provável, pois não foi resgatada a carga) de uma embarcação de apoio ligada às campanhas militares romanas levadas a cabo no Ocidente Peninsular, cronologicamente balizado entre 140-130 a.C., e não perante uma embarcação comercial (como a maior parte das que são conhecidas de naufrágios mediterrânicos) que demandasse esta área. De facto, numa região tão pouco “romanizada” à altura, com tão poucos vestígios de importações itálicas com similar cronologia (mesmo mais a Sul eles não são abundantes), não seria crível o surgimento de um naufrágio de um barco comercial. Esta baliza cronológica é ainda compatível com as campanhas militares de Décimo Júnio Bruto para o Norte atlântico. É, claro, cientificamente impossível estabelecer umnexo directo entre este conjunto de materiais e as referidas campanhas de Décimo Júnio Bruto, mas a consistência do conjunto itálico e a sua cronologia tão precoce no que concerne à conquista romana do Ocidente Peninsular permitem deixar esta hipótese em aberto e, creio, dar-lhe alguma plausibilidade.

O local do achado, num recanto abrigado desse “mar interior” que seria à época o estuário do Mondego, desde logo chamou a atenção para a hipótese de estarmos perante uma embarcação de apoio às investidas para Norte de exércitos romanos (como referimos, deixamos em aberto a hipótese de este apoio ter sido para as incursões do Galaico), que se devem ter processado ao longo da fachada atlântica. Sem dúvida que seria mais fácil, do ponto de vista logístico, o abastecimento dos exércitos por via marítimo-fluvial. Assim, e por sugestão do meu Orientador, Professor Carlos Fabião, tentei desenvolver esta lógica de aproveitamento das grandes bacias hidrográficas como “entrepósitos” de apoio à acção militar, procurando paralelos nos mais importantes rios do actual território nacional. É óbvio que a bacia do Tejo teve direito a uma atenção especial, pela sua importância atestada desde as fontes clássicas, mas também por ser a zona mais estudada, resultando claro que estas verdadeiras “auto-estradas” da Antiguidade tiveram um importante papel na conquista romana do Ocidente Peninsular.

Também nos propusemos fazer o levantamento de outros naufrágios de cronologia idêntica. Infelizmente, em Portugal, não há locais subaquáticos intervencionados para estas datas, mas não deixámos passar em claro as referências disponíveis a materiais de cronologia similar recolhidos em meio aquático. Já a análise de naufrágios romano-republicanos arqueologicamente intervencionados, todos no Mediterrâneo, foi primordial até para a confirmação das tipologias e cronologias propostas, nomeadamente através da análise dos materiais dos dois navios que fazem parte do sítio subaquático do Grand Congloué (OLMER, F.,

BOHBOT, H., JOLIOT, C. e MATHE, 2015) e dos materiais do naufrágio de Cabrera 7 e e de Colònia de Sant Jordi E (ASENCIO, 2010). O caso do Grand Congloué é para nós paradigmático, pois que as ânforas de Maiorca se situam precisamente a meio da evolução do material anfórico dos dois naufrágios da enseada de Marselha, sendo perfeitamente perceptível a fase de transição a que pertencem. Já o caso dos dois referidos naufrágios maiorquinos é relevante, pois estes apresentam ânforas de transição como as de Arruelas, confirmando a cronologia proposta. Também significativo para o nosso trabalho é, como vimos, o naufrágio de Es Llatzeret, pois associa um apreciável número de ânforas greco-italicas avançadas com um reduzido número de ânforas gregas, o que parece apontar para uma época de transição precoce. Para consolidar a importância deste naufrágio para o nosso trabalho, é de referir que, para além das ânforas da Classe 3 de Peacock e Williams, foi também recuperado um pequeno conjunto de cerâmica Campaniense A.

O nosso conjunto de peças, apesar de reduzido, apresenta dados interessantes. Um deles prende-se com a sua grande homogeneidade. As ânforas, por exemplo, apesar de algumas ligeiras diferenças no perfil, pertencem todas à mesma Classe. Isso não se verifica na maior parte dos naufrágios que analisámos. Na altura levantámos a possibilidade de este facto se dever a que o naufrágio de Arruelas se trata de um navio de apoio militar, com um carregamento único, num único porto (se exceptuarmos o *kalathos*, embarcado durante a viagem), ao passo que as embarcações comerciais iriam constituindo a sua carga ao longo dos portos do Mediterrâneo, daí a sua heterogeneidade, apresentando mesmo ânforas de diferentes proveniências e, como tal, de diferentes classes. Também se nota o facto de que, à parte um grafito cruciforme e um possível *titulus pictus*, nenhuma das ânforas apresentava qualquer marca. Muito possivelmente trata-se apenas de uma pequena coincidência potenciada pelo reduzido número de exemplares. Mas não será também de pensar que tal se pode dever ao facto de ser um carregamento não comercial, militar, centralizado para um fim específico, sendo menos importante saber qual o produtor (ou sabendo-se bem demais, por ser centralizado, e assim dispensar a “rotulagem”), constituindo-se quase como que uma “marca branca”, de produção específica para o abastecimento dos exércitos? Outro dado interessante, que mais uma vez denota homogeneidade, mas também uma certa raridade, relaciona-se com a constatação de que todos os fragmentos de Campaniense A possuem decoração, algo que referimos não se dever a uma recolha selectiva. Se excluirmos também aqui o factor coincidência, sempre passível de justificar esta rara ocorrência, não poderá também esta característica se dever a estarmos perante um carregamento muito específico, para um fim e destinatários muito específicos, como sejam os soldados (ou os de mais alta patente, visto ser cerâmica de mesa de luxo) em campanha? Ficam estas questões, que seria interessante um dia esclarecer, nomeadamente se um outro naufrágio desta época e ligado a transporte de bens para o exército for encontrado e analisado.

Em comparação com os dados de vários sítios terrestres com cronologia similar, associados às referidas campanhas militares (veja-se o caso de *Valentia*, RIBERA I LACOMBA, 2014: 73-74), sobressai que em Arruelas falta um elemento, que faria parte da louça de mesa romano-republicana²³: a cerâmica de paredes finas, que surge mesmo em naufrágios republicanos, como no de Pudrimel Sur (ASENCIO, 2010: 34). Mais uma vez, a exiguidade de

²³Para além de também não ter surgido qualquer vestígio de lucernas, que aparecem por vezes em estabelecimentos de cronologia análoga.

elementos e a forma como foram recolhidos, sem metodologia arqueológica, pode explicar este facto. Mas será sempre de estranhar que um barco que carregava, para além de contentores de vinho itálico, cerâmica de mesa fina como a Campaniense A, não transportasse também os pequenos vasos destinados a beber, que nesta época (ainda não se utilizava o vidro para esse efeito) consistiam nas taças de paredes finas. O próprio facto de serem pequenas e frágeis peças pode explicar a sua não recolha, pois que podem ter ficado bastante destruídas pela acção da maquinaria pesada. Também se pode ter dado o caso de que a intrusão no subsolo tenha afectado e posto a descoberto apenas uma parte da carga transportada, não tendo chegado à zona de carga de outros materiais, neste caso a zona onde estariam armazenadas as paredes finas.

Também digno de registo é o facto de terem aparecido, entre as peças recuperadas, três fragmentos, colantes entre si, de um *kalathos*. Estas típicas cerâmicas ibéricas, também com a função de contentores, aparecem muito associadas às restantes (ânforas Dressel 1A e Campanienses A, para além das paredes finas) que conformam o “padrão material” característico de sítios arqueológicos com esta cronologia, como já atrás referi. Embora algo raros em contextos de naufrágios (referimos acima a existência em Escombreras 2), eles aparecem em sítios terrestres, mesmo do Ocidente Peninsular. O seu surgimento em *Valentia* não será de estranhar, até por uma razão de maior proximidade e de inserção num contexto mediterrânico, mas penso que será de valorizar o seu aparecimentos em estratos arqueológicos de Castro Marim, mas sobretudo de Lisboa e Santarém, pela ligação que estas tiveram nas campanhas do Galaico e na sua política de controlo da bacia do Vale do Tejo. Como atrás referimos, esta é a única peça cerâmica não itálica recuperada em Maiorca, como tal não sendo do carregamento original, devendo ter sido embarcada nas costas da Catalunha como complemento dos produtos que abasteceriam as tropas em campanha.

Este achado de Arruelas vem consubstanciar a ideia de que as bacias hidrográficas dos principais rios navegáveis tiveram um importante papel nas campanhas militares da altura. O caso do Tejo sempre foi indelével, até pelas referências clássicas, mas como vimos toda a região que lhe fica a Norte pouco mais é que um campo desconhecido. Este achado, embora o tenha sido em condições precárias do ponto de vista arqueológico, pela sua localização e pela sua homogeneidade material e cronológica, permite afirmar a importância (ou pelo menos a utilização) do Baixo Mondego como via de abastecimento dos exércitos em movimento para as campanhas do Noroeste Peninsular. Pensamos, aliás, que é caso único de naufrágio desta época em território actualmente português, sendo de realçar mais uma vez que se encontra bem a Norte dos mais importantes sítios, com materiais semelhantes, relacionados com estas acções bélicas. Do que nos foi dado perceber, também deverá ser caso único de naufrágio de embarcação militar (parece-me que não restam dúvidas quanto a esta classificação) desta cronologia no mundo romano-republicano.

Fica, para finalizar, o lamento de que o seu achado tenha ocorrido da forma que ocorreu, sem enquadramento arqueológico, pois a importância do achado é notável para o conhecimento da conquista romana do Ocidente Peninsular. Imaginamos a quantidade de informação que foi perdida nesta destruição. Imaginamos as peças que não foram recuperadas. Imaginamos os vestígios da embarcação que poderão ter sobrevivido a mais de dois mil anos de enterramento em solo arenoso e que desconhecemos. Muito dificilmente se voltará a chegar aos estratos de onde estes materiais foram exumados em Arruelas, pois como

afirmámos foi criada uma zona de estabilização de terrenos com enormes blocos de pedra. Mas fica sempre uma esperança... como atrás referimos, pode ser que nem toda a embarcação tenha sido afectada e, neste caso, poderá ser que parte do navio não esteja coberta pela “tumba pétrea”. Pode também acontecer que, dadas as favoráveis características do local para atracar, outros barcos relacionados com esta campanha aqui o tenham feito, e que outro deles tenha sofrido do mesmo fim e ainda se encontre à nossa espera neste “mar extinto” do Baixo Mondego.

BIBLIOGRAFIA

ALARCÃO, J. (1976) - Les amphores. *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. de Boccard, Vol. VI: 79-91.

ALARCÃO, J. (2004) - *In territorio Colimbrie: lugares velhos (e alguns deles deslembados) do Mondego*. Trabalhos de Arqueologia, 38, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

ALMEIDA, C. A. F. e SANTOS, E. (1971) - O Castro de Fiães. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Porto, 2, Série História: 147-169.

ALVES, C. (2010) - *A cerâmica campaniense de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada).

ARRUDA, A. M. (1988) - Nota acerca da ocupação romano-republicana do Castelo de Castro Marim. In *Actas do 5º Congresso do Algarve*, vol. 1, Silves: 33-38.

ARRUDA, A. M e ALMEIDA, R. R. (1999) - As importações de vinho itálico para o território actualmente português: contextos, cronologias e significado. *Économie et territoire en Lusitanie romaine*, Madrid, Collection de la Casa de Velázquez, 65: 307-337.

ARRUDA, A. M. e SOUSA, E. (2013) - Ânforas republicanas de Monte Molião (Lagos, Algarve, Portugal). *SPAL*, 22, Sevilha: 101-141.

ARRUDA, A. M., SOUSA, E., BARGÃO, P. e LOURENÇO, P. (2008) - Monte Molião (Lagos) – Resultados de um projecto em curso. In *Xelb, Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve*, Silves: Museu Municipal de Arqueologia, 8: 161-192

ARRUDA, A. M. e PEREIRA, C. (2008) - As ocupações antigas e modernas do Forte de São Sebastião, Castro Marim. In *Xelb, Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia, 8: 391-421.

ARRUDA, A. M. e VIEGAS, C. (2014) - Santarém durante a época romano-republicana. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 242-255.

ASENSIO, D. (2010) - El comercio de ánforas itálicas en la Península Ibérica entre los siglos IV y I a.C. y la problemática en torno a las modalidades de producción y distribución. International Congress of Classical Archaeology Roma 2008. *Bolletino di Archeologia on line*, volume speciale B/B8/3. Disponível (2016/01/21) em http://www.bollettinodiarcheologiaonline.beniculturali.it/documenti/generale/3_ASENSIO.pdf

AYUSO, V. G. (1984) - Asentamiento púnico de Na Guardis. *Excavaciones arqueológicas en España*, 133, Madrid: 33-87

BARROS, L. e HENRIQUES, L. F. (2002) - A última fase de ocupação do Almaraz. In *Actas do 3º Encontro Nacional de Arqueologia Urbana*, Almada: 97-107.

BATS, M. (1988) - *Vaisselle et alimentation à Olbia de Provence (v. 350-v. 50 av. J.-C.). Modèles culturels et catégories céramiques*. Révue Archéologique de Narbonnaise, 18, Editions du CNRS, Paris.

BONET, H. e MATA, C. (1992) - La cerámica ibérica. Ensayo de tipología. *Estudios de arqueología ibérica y romana : homenaje a Enrique Pla Ballester*, Trabajos Varios del SIP, 89, Valencia: 117-174.

BONET, H. e MATA, C. (2008) - Las cerámicas ibéricas. Estado de la cuestión. In *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*, Cádiz: Servicio de publicaciones de la Universidad de Cádiz: 147-169.

BURACA, I. (2005) - *Civitas Conimbriga. Ânforas romanas*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (policopiada).

CAMPOY, D. A. e REYES, J. P. (2008) - Notas sobre las ánforas adriáticas del pecio Escombreras 2 (Cartagena). In *Comercio, redistribución y fondeadores: la navegación a vela en el Mediterráneo*, V Jornadas de Arqueología Subacuática : actas, Universitat de Valencia: 221-229.

CARDOSO, G. (2014) - Duas fortificações do final da Idade do Ferro/ início da romanização: São Salvador (Cadaval) e sítio do Castelo (Arruda dos Vinhos). In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 200-241.

CARVALHO, P. (1998) - *O forum de Aeminium*. Lisboa: Instituto Português de Museus.

COELHO, M. H. C. (1989) - *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*. 2 vols., Lisboa: INCM.

CORTEZ, F. R. (1957) - Pesquisas arqueológicas submarinas, no Atlântico. *Viriatis*, vol. I, nº. II, Viseu: 120-121.

DELGADO, M. (1971) - Cerâmica campaniense em Portugal. In *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia (Coimbra, 1970)*, II, Coimbra: Ministério da Educação Nacional: 403-420.

DELGADO, M. (1976) - Céramiques campaniennes et de type campanien. *Fouilles de Conimbriga*, Paris: Diffusion E. de Boccard, Vol. VI: 21-26.

DIAS, V. (2010) - *A cerâmica campaniense do Monte Molião, Lagos*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada).

DIOGO, A. M. D. (1999a) - Ânforas provenientes de achados marítimos na costa portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*., Lisboa: Instituto Português de Arqueologia: 235-248.

DIOGO, A. M. D. (1999b) - Ânforas romanas de Miróbriga. *Arquivo de Beja*, Beja., 3.ª série, 10: 15-27.

DIOGO, A. M. D. e ALVES, F. J. S. (1988-1989) - Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*, Lisboa, Série IV, 6/7: 227-240.

DIOGO, A. M. D., CARDOSO e J. P. e REINER, F. (2000) - Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia: 81-118.

FABIÃO, C. (1989) - *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Lisboa: UNIARQ.

FABIÃO, C. (2000) - Sobre as mais antigas ânforas “romanas” da Baetica no Ocidente Peninsular. In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae*, vol. II, Ecija: Ed. Gráficas Sol: 665-682.

FABIÃO, C. (2004) - Arqueologia militar romana da Lusitania: textos e evidências materiais. In *Actas Arqueología Militar Romana en Europa*, Coords Césareo Pérez-González y Emilio Illarregui, Salamanca: 53-73.

FABIÃO, C. (2006) - The roman army in Portugal. In *The roman army in Hispania. An archaeological guide*, Léon: Ed. Ángel Morillo & Joaquín Aurrecoechea: 107-126.

FABIÃO, C. (2014a) - Uma história resgatada ao mar. Vestígios das rotas marítimas romanas nas costas portuguesas. In *O Tempo Resgatado ao Mar (Catálogo de Exposição)*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia: 99-104.

FABIÃO, C. (2014b) - *O estudo das ânforas romanas*. Disponível (25/04/2016) em: https://www.academia.edu/9102828/O_estudo_das_%C3%A2nforas_romanas.

FABIÃO, C. (2014c) - Por este rio acima: a bacia hidrográfica do Tejo na conquista e implantação romana no ocidente da Península Ibérica. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 9-24.

FABIÃO, C., PIMENTA, J. (Coord.) (2014) - *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira.

FARIA, J. C. (2002) - *Alcácer do Sal ao tempo dos romanos*. Edições Colibri e Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

GANTES, L. F. (1978) - Note sur les céramiques à vernis noir trouvées sur l’oppidum de la Teste-Negre aux Pennes (Bouches-du-Rhône). *Archeologie en Languedoc*, 1, Sete: 97-103.

GASCO, C. A. e BALLESTER, E. P. (1979) - La cerámica ibérica. In *La Baja Epoca de la Cultura Iberica: actas de la mesa redonda celebrada en conmemoración del décimo aniversario de la Asociación Española de Amigos de la Arqueología*, Madrid: 73-113.

GATEAU, F. (1990) - Amphores importées durant le 1er s. av. J.C. dans trois habitas de Provence Occidentale: Entremont, le Baou-Roux, Saint-Blaise. *Documents d'Archeologie Méridional*. 13, p. 163-183.

GONÇALVES, A. e CARVALHO, P. C. (2002) - Intervenção arqueológica no Castelo da Lousa. *Al-madan*, Almada, 2.ª série, 11: 181-188.

GREGO, J. S. (2007) - El arte de la Iberia septentrional. In *Actas del Congreso de Arte Ibérico en la España Mediterránea*, Alicante: 239-264.

GUERRA, A., PIMENTA, J. e SEQUEIRA, J. (2014) - Conjunto de *Glandes Plumbeae* do sítio arqueológico de Alto dos Cacos – Almeirim. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 293-321.

IMPERIAL, F. (2010) - Achado arqueológico de Maiorca pertença do Museu do Campo da Carapinheira. *Monte Mayor – a Terra e a Gente*, 9, Ed. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho: 95-105.

IZQUIERDO, A. F. (1995) - Presencia de kalathoi en yacimientos submarinos valencianos. *Saguntum: Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, nº 29: 123-130.

LAMBOGLIA, N. (1964) - La campagna 1963 sul relitto di punta scaletta all'Isola di Giannutri. *Rivista di Studi Liguri*, 30: 229-257.

LARRIEU-DULER, M. (1978) - La poterie campanienne dans le Gers. *Archeologie en Languedoc*, 1, Sete: 126.

LEITÃO, J.A. (2014) - Primeiro ensaio de SIG aplicado ao acampamento romano de Antanol (Coimbra). In *Experiências SIG na Arqueologia Portuguesa*, Coimbra: FLUC: 78-95.

LUÍS, L. (2003a) - Ânforas republicanas de Mata-filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia: 363-382.

LUÍS, L. (2003b) - *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Trabalhos de Arqueologia, 27, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

MARTINS, M. (1990) - *O povoado proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Braga: Universidade do Minho.

MATALOTO, R. (2014) - A propósito de um conjunto de glandes *plumbeae*: o Castelo das Juntas (Moura) no contexto do episódio Sertoriano das Guerras Civis na margem esquerda do Guadiana. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 343-384.

MAYA, J. L. e TORIBIO, F. C. (eds.) (2001) - *El castro de la Campa Torres: período prerromano*. Gijón: VTP Editorial/Ayuntamiento de Gijón.

MOREL, J.P. (1978) - A propos des céramiques campaniennes de France et d'Espagne. *Archeologie en Languedoc*, 1, Sete: 149–168.

MOREL, J. P. (1981) - *Céramique campanienne: les formes*. I a III, Roma: Bibliothèque des Écoles Françaises d'Athènes et de Rome.

MORILLO, A., e AUROUX, A. M. A. (2014) - El patrón arqueológico de carácter material: un critério imprescindible de identificación de recintos militares romano-republicanos. In *Atas do*

Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 25-43.

MOTA, N., PIMENTA, J., e SILVA, R. B. (2014) - Acerca da ocupação romana republicana de Olisipo: os dados da intervenção na Rua do Recolhimento n.ºs 68-70. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 149-177.

MULLER, A. (1978) - Un aspect de la vie économique toulousaine pendant les périodes césarienne et augustéenne: les importations de Campanienne. *Archeologie en Languedoc*, 1, Sete: 127-138.

OLCESE, G. (2012) - *Atlante dei siti di produzione ceramica (Toscana, Lazio, Campania e Sicilia) con le tabelle dei principali relitti del Mediterraneo occidentale con carichi dall'Italia centro meridionale*. Immensa Aequora 2, Roma: Edizioni Quasar.

OLMER, F., BOHBOT, H., JOLIOT, C. e MATHE, C. (2015) - Histoire d'épave. Origine, fonction et destin de la cargaison d'amphores du Grand Congloué 2. In *Les Gaulois au fil de l'eau. Actes du XXXVIIe colloque de l'Association Française de l'Étude de l'Âge du Fer, Montpellier, 8-11 mai 2013*, Vol. 1: 175-216.

PARREIRA, J. C. F. (2009) - *As ânforas romanas de Mesas do Castelinho*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada).

PENAJÓIA, M. (2012) - *A questão portuária em torno de Montemor-o-Velho : estudo de arqueologia*. Série Memória e Identidade, Câmara Municipal de Montemor-o-Velho.

PEREIRA, I. (1993) - Figueira da Foz. Santa Olaia. *Estudos Orientais*, IV, Lisboa: 285-304.

PEACOCK, D. P. S. (1977) - Roman amphorae : typology, fabric and origins. In *Méthodes classiques et méthodes formelles dans l'étude typologique des amphore*, Roma: Publications de l'École française de Rome: 261-278.

PEACOCK, D. P. S. e WILLIAMS, D. F. (1986) - *Amphorae and the roman economy – an introductory guide*. Londres: Longman.

PIMENTA, J. (2014) - Os contextos da conquista: Olisipo e Decimo Júnio Bruto. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 44-60.

PIMENTA, J., GASPAR, A., GOMES, A., MOTA, N. e MIRANDA, P. (2014) - O estabelecimento romano republicano de Olisipo: estrutura e contextos do Beco do Forno do Castelo, Lote 40 (n.16-20) – Lisboa. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 122-148.

PIMENTA, J., MENDES, H., ARRUDA, A. M., SOUSA, E. e SOARES, R. (2014) - Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto de Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos*, Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos, 1: 39-57.

PIMENTA, J., MENDES, H., e HENRIQUES, E. (2014) - O acampamento militar romano do Alto dos Cacos – Almeirim. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 256-292.

PIMENTA, J., SEPÚLVEDA, E., FARIA, J. C. e FERREIRA, M. (2006) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal, 4: ânforas de importação e ânforas de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 9:2: 299-316.

PIMENTA, J., SORIA, V. e MENDES, H. (2014) - Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos - Vila Franca de Xira. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 86-121.

PONS, J. M. (2005) - El jaciment punicoebusità de l'Illa dels Conills (Cabrera). *Mayurqa*, revista del Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts, 30, (2), Mallorca: Universitat de les Illes Balears: 755-779.

PRINCIPAL-PONCE, J. e SANMARTI, E. (1997) - Las cerámicas de importación, itálicas e ibéricas, procedentes de los campamentos numantinos. *Revista d'Arqueologia de Ponent*, Lleida: Unitat d'Arqueologia, Prehistòria, Història Antiga, 7: 35-76.

PRINCIPAL-PONCE, J. e SANMARTI, E. (1998) - Cronología y evolución tipológica de la Campaniense A de siglo II aC: las evidencias de los pecios y de algunos yacimientos historicamente fechados. *Arqueo Mediterránea*, 4, Barcelona: Treballs de l'àrea d'arqueologia de la Universitat de Barcelona: 193-215.

Py, M. (1993) - Ceramique Campanienne A. *Lattara*, 6, Lattes: 146-150.

Py, M., ADROHER AUROUX, A. M., SANCHEZ, C. (2001) - Dicocer 2, corpus des céramiques de l'Âge du Fer de Lattes (fouilles 1963-1999). 2 vl, *Lattara*, 14, Lattes.

RIBERA I LACOMBA, A. (2014) - La fundación de Valentia: historia, arqueología, ritos, basureros y cabañas. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 61-85.

RIBERA I LACOMBA, A. e ROMANÍ, N. (2011) – Valentia. *La gestión de los residuos urbanos en Hispania. Xavier Dupré Raventós (1956-2006) In Memoriam*. Anejos de Archivo Español de Arqueología, LX. Madrid: 313-344.

SAAVEDRA, E. (1881) - *La geografía de España del Edrisi*. Madrid: Imprenta de Fortanet.

SENNA MARTINEZ, J. C. (1989) - *Pré-história Recente da bacia do Médio e Alto Mondego. Algumas contribuições para um modelo sociocultural*. Dissertação de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiada).

SEPÚLVEDA, E., SOUSA, E. M., FARIA, J. C. e FERREIRA, M. (2001) - Cerâmicas romanas do lado ocidental do Castelo de Alcácer do Sal, 2: “Cerâmicas de verniz negro” e cinzentas. *O Arqueólogo Português*, Lisboa. Série 4, 19: 199-234.

SILVA, A. C. F. (1984) - A cultura castreja no noroeste de Portugal. Habitat e cronologias. *Portugália*, Porto, Nova série, 45: 121-129.

SILVA, A. C. F. (1986) - *A cultura castreja no noroeste de Portugal*. Paços de Ferreira: Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins e Câmara Municipal de Paços de Ferreira.

SILVA, C. T. (1978) - Ocupação da II Idade do Ferro da Pedra da Atalaia (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*, 4, Setúbal: 117-132.

SILVA, C. T., COELHO-SOARES, A., SOARES, J. (1987) - Nota sobre material anfórico da foz do Arade (Portimão). *Setúbal Arqueológica*, 8, Setúbal: 203-219.

SILVA, C. T., SOARES, J., BEIRÃO, C. M., DIAS, L. F. e COELHO-SOARES, A. (1980-1981) - Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*, 6-7, Setúbal: 149-218.

SILVA, R. B. (2014) - Intervenção arqueológica urbana de 1993 na Fundação Ricardo Espírito Santo Silva/Largo das Portas do Sol (Lisboa): as evidências do período romano. In *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*, CIRA Arqueologia, 3, Museu Municipal de Vila Franca de Xira: 178-199.

SOARES, J. (1978) - Nótulas sobre cerâmica campaniense do Castelo de Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*, 4, Setúbal: 133-143.

SOUSA, É. M. (1996) - Cerâmicas ditas campanienses e de imitação conservadas no Museu Regional de Sintra. *Conímbriga*, XXXV, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra: 37-58.

VAUSSANVIN, H. (1978) - Les importations de céramique à vernis noir dans la moyenne vallée de la Saone. *Archeologie en Languedoc*, 1, Sete: 139-48.

VELASCO, J. A. S. (1983) - La difusión de la cerámica ibérica pintada en el Mediterráneo Occidental. *Cuadernos de prehistoria y arqueología castellonenses*, 9: 135-148.

VV.AA. (1958) - Subsídios para o estudo do acampamento romano de Antanol. Separata da *Biblos*, 35, Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

WACHSMANN, S. (2009) - The paleo-environmental contexts of three possible phoenician anchorages in Portugal. *The Nautical Journal of Nautical Archeology*, 38, Oxford UK and Malden USA: Blackwell Publishing, Ltd: 221-253.


WILL, E.L. (1979) - The Sestius amphoras: a reappraisal. *Journal of Field Archaeology*, vol. 6: 339-350.

WILL, E.L. (1982) - Greco-italic amphoras. *Hesperia*, 51, Princeton: American School of Classical Studies at Athens: 338-356.

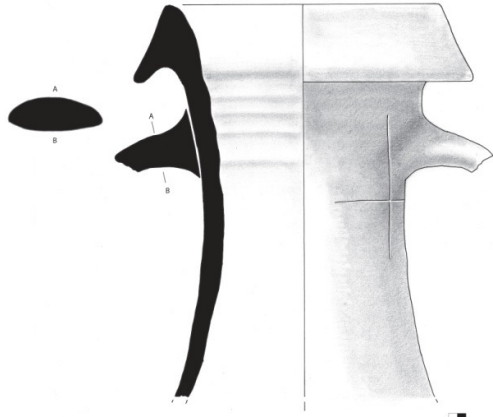
1973 - *Munsell soil color charts*.

CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL: Folha 19 – C (Figueira da Foz), Direcção G de Minas e Serviços Geológicos, Esc. 1: 50000, 1976.

ANEXOS

Número	Diâmetro (mm)	Altura do lábio	Espessura do lábio	Correlação	Descrição
1	153	34	33	1.030	Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, o colo, parte do ombro e do bojo e uma asa inteira. Lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado, longo colo cilíndrico, ombro bem marcado, largo e horizontal. O bojo/corpo também aparenta ser cilíndrico, pelo menos o seu arranque.
Imagem					
					

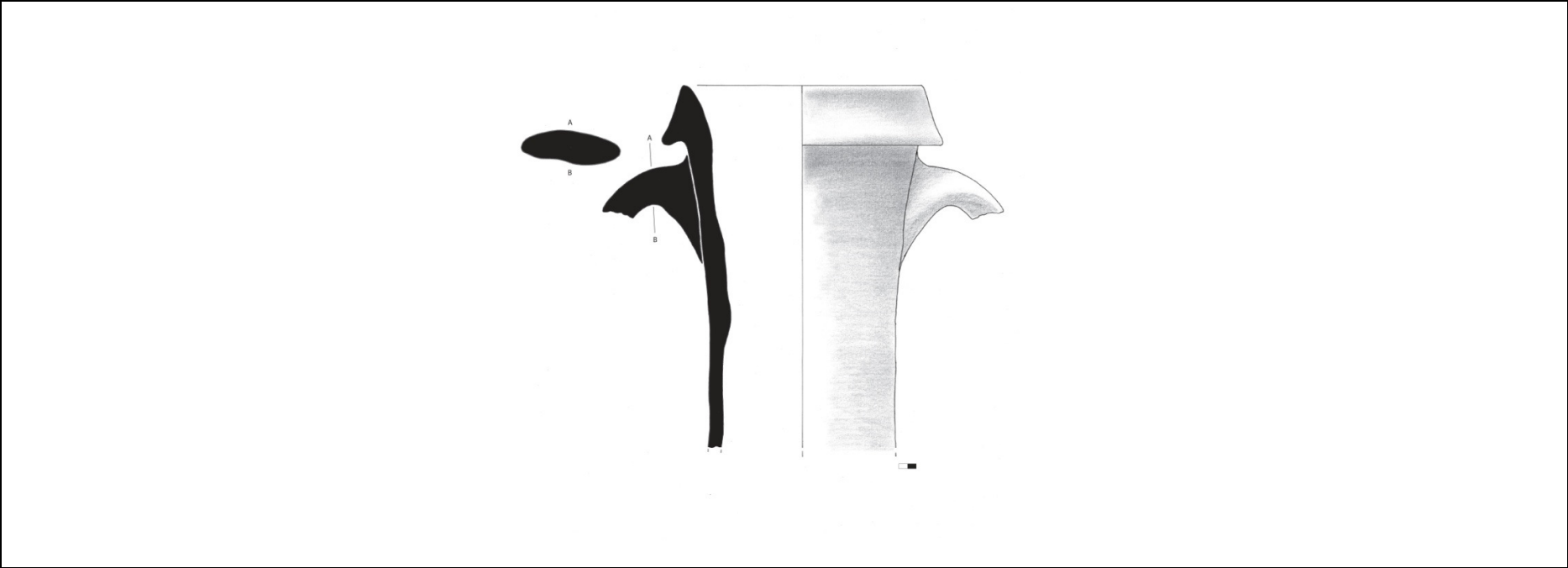
Quadro 1

Número	Diâmetro (mm)	Altura do lábio	Espessura do lábio	Correlação	Descrição
2	145	45	38	1.184	Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, parte do colo e o arranque das duas asas. Lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado e com extremidade bastante delgada. Longo colo cilíndrico (ligeiramente hiperbolóide), apresentando o em “cruz” (+) junto de uma asa. Asas de secção elíptica, espalmadas, com face superior pouco curva, arrancando perpendicularmente abaixo do lábio.
Imagem					
					

Quadro 2

Número	Diâmetro (mm)	Altura do lábio	Espessura do lábio	Correlação	Descrição
3	140	35	30	1.166	Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, parte do colo e o arranque das duas asas. Lábio triangular/oblíquo. Longo colo cilíndrico. Asa de secção elíptica, bastante espalmada, com face superior pouco curva, arrancando perpendicularmente pouco abaixo do lábio.

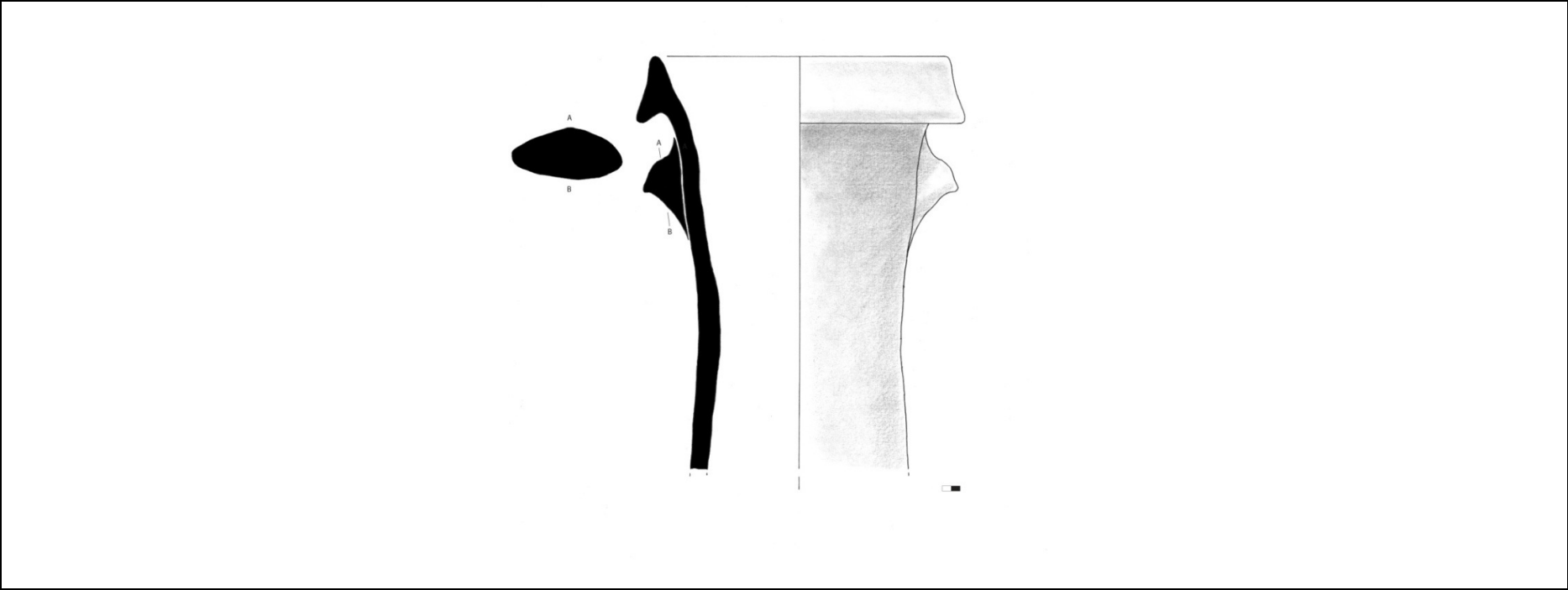
Imagem





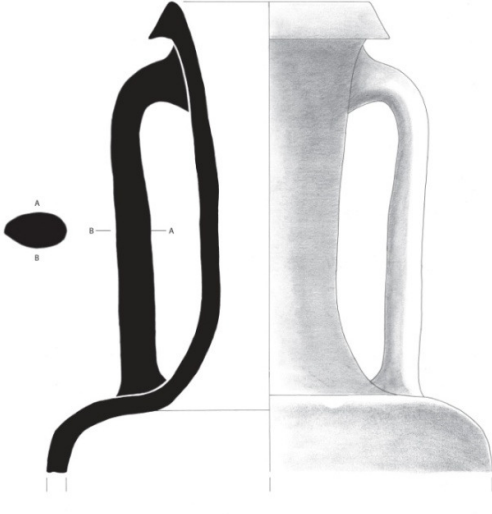
Quadro 3

Número	Diâmetro (mm)	Altura do lábio	Espessura do lábio	Correlação	Descrição
4	155	36	28	1.285	Fragmento de ânfora que apresenta o bocal, parte do colo e o arranque de uma das asas. Lábio triangular/oblíquo, bastante pronunciado e com extremidade bastante delgada. Longo colo cilíndrico. Asa de secção elíptica, com face superior curva, arrancando perpendicularmente abaixo do lábio.



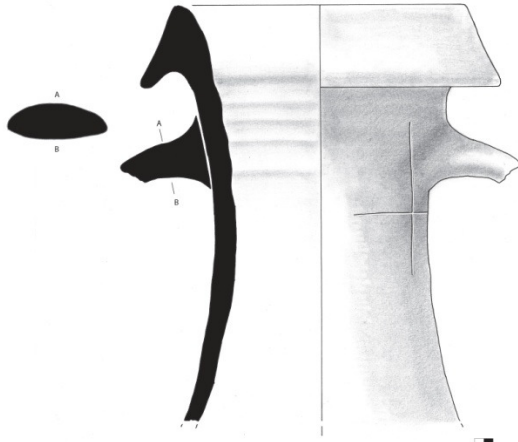
Imagem





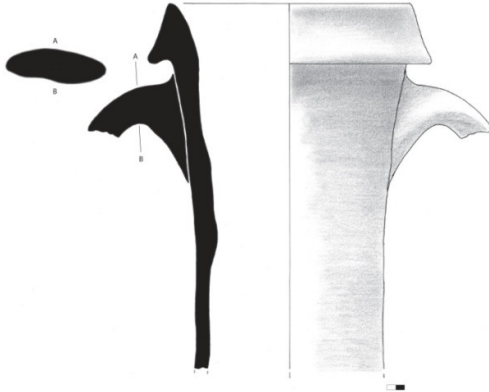
Quadro 4

Número	Descrição da pasta	
1	Vestígios abundantes de resina no interior. Pasta sonora. Fratura regular. Bastantes ENP's, nomeadamente os pretos, de origem vulcânica, alguns de grande calibre. Também ENP's brancos. Cozedura oxidante no interior (avermelhada, 2.5YR 5/6) e redutora no exterior (2.5YR 4/0). As fraturas das asas e o buraco do colo apresentam pasta de cor castanha avermelhada (2.5YR 5/4). Exterior com tonalidade beije muito claro (10YR 7/3).	
Pasta	Pasta	Imagem
		



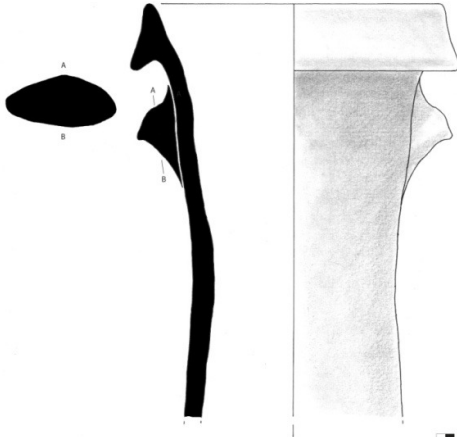
Quadro 5

Número	Descrição da pasta	
2	Praticamente sem resina no interior, apresentando apenas uma pequena mancha (reutilização?). Pasta sonora. Pasta pouco depurada. Fratura regular, mas também menos que no exemplar nº 3. Muito abundantes ENP's, sobretudo os pretos, de origem vulcânica Cor da pasta avermelhada, entre 2.5YR 5/8 e 2.5YR 4/8. Exterior com tonalidade beije muito claro (10YR 7/3).	
Pasta	Pasta	Imagem
		

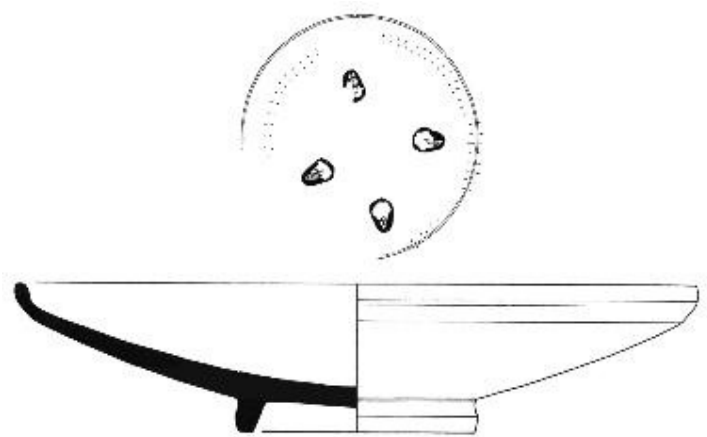
Quadro 6

Número	Descrição da pasta	
3	Vestígios abundantes de resina no interior. Pasta sonora. Pasta mais depurada e compacta que nos dois exemplares anteriores, com fraturas lisas/regulares. Bastantes ENP's, de pequeno calibre, sobretudo os de origem vulcânica. Pasta de cor amarela avermelhada (7.5YR 7/6). Exterior com tonalidade beije muito claro (10YR 7/3).	
Pasta	Pasta	Imagem
		

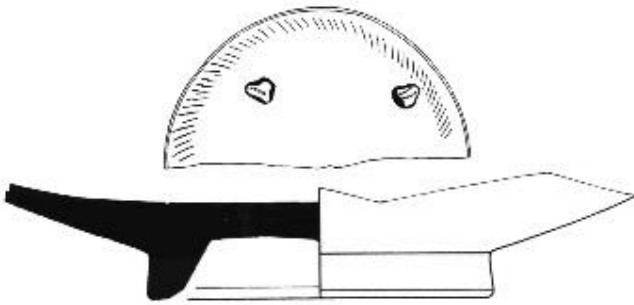
Quadro 7

Número	Descrição da pasta	
4	Vestígios abundantes de resina no interior. Pasta menos sonora que as anteriores. Pasta pouco compacta e pouco depurada. Fraturas mais irregulares, com bastantes fissuras. ENP's de origem vulcânica de maior calibre, embora em menor quantidade que nas pastas das ânforas anteriores. Pasta de cor avermelhada (2.5YR 5/6).Sem engobe exterior.	
Pasta	Pasta	Imagem
		

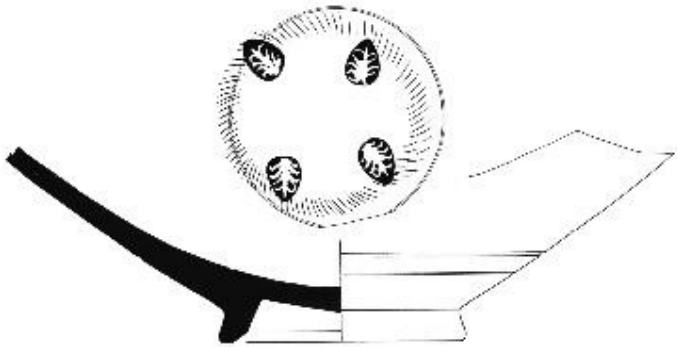
Quadro 8

Número	Descrição
1	<p>Fragmento de pátera, com pé em anel, conservando ainda parte do bordo. Inflexão nítida da parede perto do bordo. Inexistência de carena. Fundo com círculo inciso. No seu interior, dois círculos de <i>guillochures</i> que emolduram quatro estampilhas de folhas de parreira (com impressão deficiente ou muito estilizada) dispostas em forma radial.</p> <p>Campaniense A. Forma: Tipo 2252 b 1 de Morel. Pé Tipo 235 b 2 de Morel.</p> <p>Diâmetro: 200 mm; do pé, 73 mm.</p>
Imagem	
	

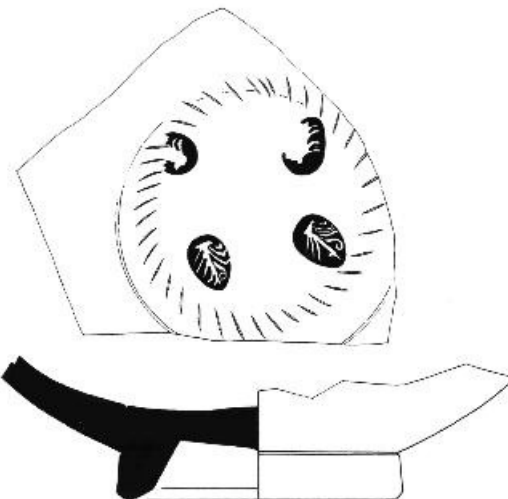
Quadro 9

Número	Descrição
2	<p>Fragmento de fundo de pátera (?), com pé anelado. Fundo com círculo inciso. No seu interior, um círculo de <i>guillochures</i> que emoldura duas (presume-se que seriam quatro) estampilhas (folhas de parreira ?) ainda mais estilizadas que na peça anterior, ou fruto de má impressão, dispostas em forma radial.</p> <p>Campaniense A. Forma: Género 2200 de Morel. Pé Tipo 234 a 1 de Morel.</p> <p>Diâmetro: do pé, 78 mm.</p>
Imagem	
	

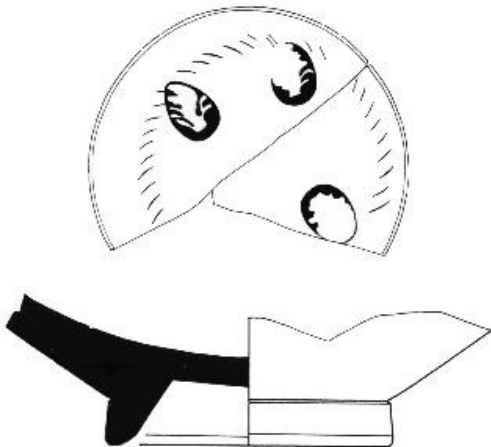
Quadro 10

Número	Descrição
3	<p>Fragmento de fundo de taça, com pé em anel, apresentando em toda a volta da parede externa dois sulcos, possivelmente devidos ao fabrico a torno. Fundo com círculo inciso. No seu interior, um círculo de <i>guillochures</i> (algo descentrado) que emoldura quatro estampilhas (também descentradas) de palmetas (estas, já bastante perfeitas) dispostas em forma radial.</p> <p>Campaniense A. Forma: Série 2825 de Morel. Pé Tipo 234 a 1 de Morel.</p> <p>Diâmetro: do pé, 87 mm.</p>
Imagem	
	

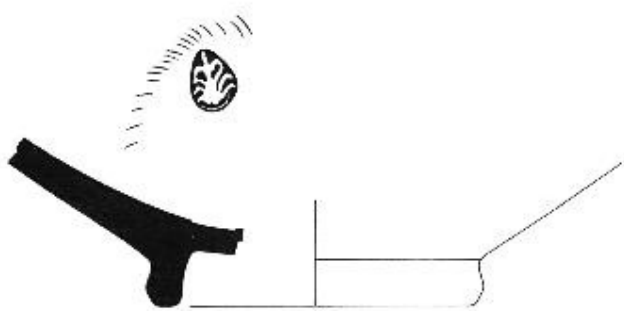
Quadro 11

Número	Descrição
4	<p>Fragmento de fundo de taça (?), com pé em anel. Parte central do fundo sobrelevada. Fundo com círculo inciso. O círculo de <i>guillochures</i> e as quatro estampilhas de palmetas (duas bastante perfeitas, duas mal impressas) encontram-se descentrados.</p> <p>Campaniense A. Pé conjuga os Tipos 234 a 1 e 235 b 2 de Morel e apresenta ligeira canelura na ligação à parede exterior.</p> <p>Diâmetro: do pé, 87 mm.</p>
Imagem	
	



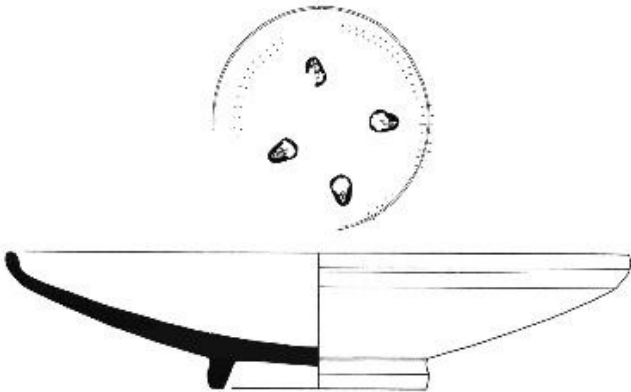
Quadro 12

Número	Descrição
5	<p>Fragmento de fundo de taça (?), com pé em anel. Fundo com círculo inciso. O círculo de <i>guillochures</i> e as três estampilhas de palmetas subsistentes (deveriam ser quatro e apresentam-se algo mal impressas) encontram-se descentrados.</p> <p>Campaniense A. Pé Tipo 234 a 1 de Morel e apresenta ligeira canelura na ligação à parede exterior.</p> <p>Diâmetro: do pé, 85 mm.</p>
Imagem	
	



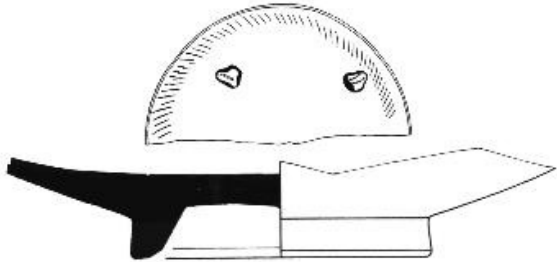
Quadro 13

Número	Descrição
6	<p>Fragmento de fundo de taça (?), com pé em anel. Apenas subsiste parte das <i>guillochures</i> e uma palmeta com boa impressão.</p> <p>Campaniense A. Pé Tipo 235 b 2 de Morel.</p> <p>Diâmetro: do pé, 90 mm.</p>
Imagem	
	



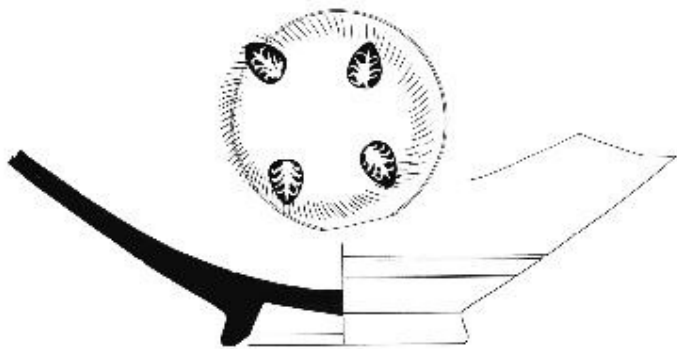
Quadro 14

Número	Descrição da pasta		
1	<p>Pasta laranja rosada (5YR 5/8). Pasta não muito compacta, depurada, apresentando ENP's, sendo os de origem vulcânica de grandes dimensões. Alguns vacúolos.</p> <p>Engobe negro, interior e exterior, com poucos reflexos metálicos. Zonas há em que é pouco aderente. No interior, a zona central do fundo apresenta coloração castanho esverdeada (5YR 3/1), devido à sobreposição do pé de outra peça durante o processo de cozedura (disco de empilhamento). Também uns pontos sem engobe em volta do pé, talvez devido ao facto de ter estado apoiado durante a cozedura.</p>		
Pasta	Pasta	Imagem	
			



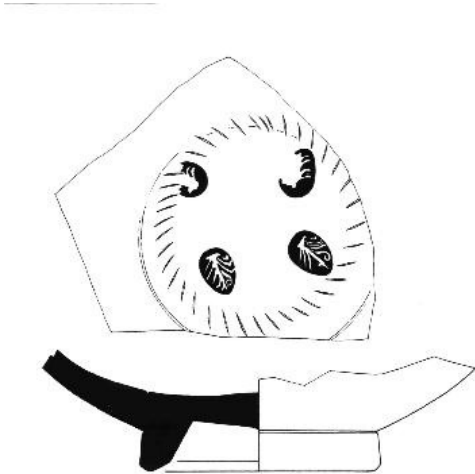
Quadro 15

Número	Descrição da pasta		
2	<p>Pasta de cor rosa acastanhada (5YR 5/3), pouco compacta, não fracturando de forma homogénea, depurada. Apresenta poucos ENP's, os de maior calibre são de origem vulcânica, e alguns vacúolos.</p> <p>Engobe negro interior e exterior, sendo que na zona decorada se apresenta castanho esverdeado (5YR 3/1), devido à sobreposição do pé de outra peça durante o processo de cozedura (disco de empilhamento).</p>		
Pasta	Pasta	Imagem	
			



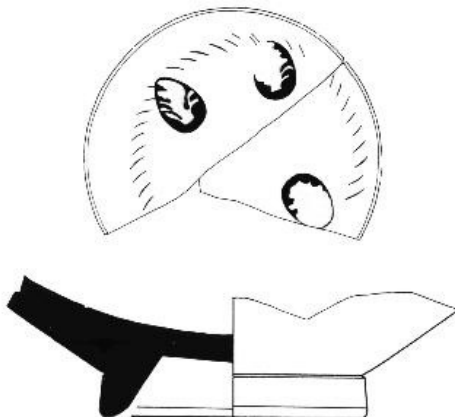
Quadro 16

Número	Descrição da pasta		
3	<p>Pasta rosa acastanhada (5YR 5/3), não muito compacta, mas mais que as anteriores, depurada, apresentando bastantes ENP's de muito pequenas dimensões (alguns de origem vulcânica são de maior calibre) e alguns vacúolos.</p> <p>Engobe negro, tendo a zona de impressão clara cor castanha esverdeada (5YR 3/1), pelos motivos já enunciados (disco de empilhamento). Este engobe “descasca-se” em pequenos fragmentos e não apresenta reflexos metálicos.</p>		
Pasta		Pasta	Imagem
			



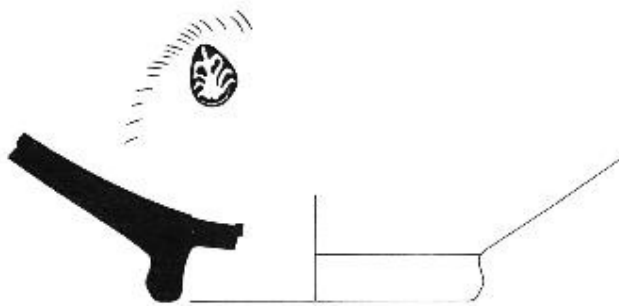
Quadro 17

Número	Descrição da pasta		
4	<p>Pasta de cor beije rosada (5YR 6/3), mais compacta que anteriores, depurada, apresentando poucos ENP's , os de maior dimensão de origem vulcânica e alguns vacúolos.</p> <p>O círculo decorado e a parede exterior apresentam engobe negro. A parede interior apresenta engobe acastanhado (10YR 3/2), devido a problemas na cozedura.</p>		
Pasta	Pasta	Imagem	
			

Quadro 18

Número	Descrição da pasta		
5	Pasta rosa acastanhada (5YR 5/4), pouco compacta, depurada, apresenta alguns vacúolos, com alguns ENP's de origem vulcânica de grande calibre. Engobe negro, interior e exterior, soltando-se em lascas.		
Pasta	Pasta	Imagem	
			

Quadro 19

Número	Descrição da pasta		
6	Pasta rosa acastanhada (5YR 5/4), pouco compacta, com fracturas mais irregulares, depurada, , bastantes vacúolos, poucos ENP's, embora apresente um ou outro de maiores dimensões (sobretudo os vulcânicos). Engobe negro interior e exterior.		
Pasta	Pasta	Imagem	
			

Quadro 20